



**MUNICÍPIO DE AVEIRO**  
**Assembleia Municipal**

**ACTA N.º 35**

Sessão Ordinária de Abril

5.ª Reunião de 08-06-2011

Aos oito dias do mês de Junho de dois mil e onze, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Presidente da Assembleia Municipal, Luís Miguel Capão Filipe, secretariado pelo Primeiro Secretário Jorge Carvalho Arroiteia e pela Segunda Secretária Ângela Maria Bento Rodrigues Nunes Saraiva de Almeida, com a presença dos Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Maria Isabel Silva de Oliveira Leite Pedroso, Paulo Jorge Lopes Anes, Manuel José Prior Pedreira das Neves, Elisabete Krithinas de Freitas, Olinto Henrique da Cruz Ravara, João Carlos Martins Valente, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Victor Manuel da Silva Martins, Firmino Marques Ferreira, Fernando Tavares Marques, Casimiro Simões Calafate, Sesnando Alves dos Reis, Paula Sofia Gonçalves Ramos, José António Tavares Vieira, Rui Miguel Macela Leal Vaz, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, Paulo Alexandre Florentino Marques, Telmo Viera Martins, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Antero Marques dos Santos, Raúl Ventura Martins, José Gonçalo Borges Belo da Fonseca, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Pedro Machado Pires da Rosa, Paulo Jorge Teixeira de Jesus, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Nuno Manuel Marques Pereira, Carlos Francisco da Cunha Picado, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, João Alberto Simões Barbosa, Ivar Jorge Alves Corceiro, João Pedro Rodrigues dos Santos Dias e António Manuel Santos Salavessa.<sup>01</sup>

Pelas 20:30 horas, o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificaram-se as ausências dos seguintes vogais:  
Maria Inês de Sousa Botelho Azevedo Mineiro e Maria Inês Sequeira de Bastos Abreu.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente da Câmara, Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Ana Vitória Gonçalves Morgado Neves, Maria da Luz Nolasco Cardoso, José da Cruz Costa e João Francisco Carvalho de Sousa.

Seguidamente, nos termos do artigo 78.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, o Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais, Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, Rafael Alexandre Lopes Nevado, e António Manuel Pinho Regala, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Susana Cristina Chaves Batista Esteves, Paulo Alexandre Florentino Marques, e António Manuel Santos Salavessa.<sup>03</sup>

Também, e nos termos da legislação em vigor, o Presidente da Mesa informou que os Presidentes de Junta de Freguesia Armando Manuel Dinis Vieira, e David Paiva da Silva, se fizeram substituir nesta reunião, respectivamente, por Firmino Marques Ferreira, e Paula Sofia Gonçalves Ramos.

Foram efectuados os reconhecimentos de poderes.

**PONTO 6. – Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social, e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações patrimoniais e Respectiva Avaliação, do ano de 2010 da Câmara Municipal de Aveiro, e Relatório de Gestão e Contas do ano 2010 dos Serviços Municipalizados.**<sup>04</sup>

*(As deliberações tomadas pela Câmara Municipal, em reunião ordinária de 28/04/2011, concluída a 02/05/2011, sobre o assunto em epígrafe, foram distribuídas a todos os membros desta Assembleia e fazem parte do original desta acta, em anexo).*

*(As intervenções seguintes, tem como suporte o registo áudio)*

O Presidente da Câmara usou da palavra para fazer a apresentação do documento em epígrafe.

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara<sup>05</sup>

*“Apesar deste momento se revestir de uma ritualidade muito grande, já há mais de trinta anos que a Assembleia de Abril tem como centro a aprovação das contas do município, é, apesar disso, um momento importante em que o órgão executivo vem perante o órgão deliberativo, o órgão máximo, o órgão fiscalizador, apresentar uma síntese daquela que foi a actividade desenvolvida durante um ano inteiro no nosso Município.*

*Por isso, sentimos o dever, além da documentação que foi disponibilizada e facultada a todos os Srs. deputados, procederemos também a uma síntese e a uma apresentação verbal desses aspectos mais importantes, pelo que iremos, de forma sumária, apresentar esses pontos.*

*E vou começar pelos dois pelouros que me cumpre a mim apresentar e que tem a ver com os projectos e obras municipais. Neste ano de dois mil e dez, os aspectos mais marcantes prenderam-se ao nível dos centros escolares, com os projectos que foram elaborados e com os procedimentos administrativos que foram lançados. No âmbito do PARES, o trabalho deste sector da Câmara esteve no apoio às associações na elaboração dos projectos, no apoio às candidaturas e, também, à fiscalização e à coordenação das obras.*

*Em dois mil e dez entraram em pleno funcionamento, no âmbito do PARES, o Centro Paroquial de Santo André, em Mataduchos, e o Centro Paroquial de Santa Eulália, de Eirol.*

*No âmbito do Parque da Sustentabilidade foram elaborados e aprovados diversos projectos que se incluem no âmbito do Parque. No âmbito do QREN três referências: para o CarSurf de S. Jacinto, para a requalificação da EN 230-1 que já teve início, e também para o Núcleo de Apoio à Pesca de S. Jacinto. Ao nível da POLIS Litoral Ria de Aveiro, a elaboração de diversos projectos de especialidade.*

*Quanto ao planeamento, registou-se um forte, um estreito, envolvimento da divisão de planeamento no PROT Centro, no Plano de Ordenamento da Orla Costeira, no POLIS Litoral Ria de Aveiro, no Plano Estratégico para o Concelho, na revisão do Plano Director Municipal, no PUCA naquela correcção material que veio aqui à Assembleia Municipal, na alteração do PU do Programa Polis e no PP do Centro, alteração que também aqui veio recentemente, para além de outros projectos estruturantes e de outros projectos europeus.*

*Permitam-me, para concluir, duas breves notas enquadradoras em relação às contas do Município, já que o Dr. Pedro Ferreira irá, tecnicamente, proceder à sua apresentação pormenorizada.*

*Primeira nota em relação às contas tem a ver com o grau de execução. O documento que nós, hoje, nesta Assembleia, iremos discutir, analisar e votar, foi apresentado à Assembleia em forma das Grandes Opções do Plano e de Orçamento, na Assembleia de trinta de Dezembro de dois mil e nove. Já lá vão quase dezoito meses. E a primeira ideia que transmiti quando esse documento foi apresentado foi a seguinte, e vou utilizar a acta dessa Assembleia. Portanto, o primeiro ponto que relevei foi este: como sabem, as receitas da Câmara, reais e anuais, rondam os cinquenta milhões de euros e estamos aqui com um orçamento de cento e trinta*

milhões. Isto porque, como sabem, a lei obriga-nos a fazer incluir nestes documentos, obrigatoriamente, tudo o que sejam compromissos e dívidas que se encontrem validadas. Portanto, de uma realidade que é de cinquenta milhões nós somos obrigados a apresentar um orçamento de cento e trinta milhões. E perguntava: este número de cento e trinta milhões é verdadeiro? E respondia: Claro que este número não é verdadeiro. Por isso é importante, continuava nessa apresentação há dezoito meses, que quando analisarmos a concretização, ou não, deste documento, na Assembleia que irá decorrer na sessão de Abril de dois mil e onze, tenhamos nessa altura este facto em atenção, muito especialmente quando pretendermos avaliar o seu grau de execução.

Depois de há dezoito meses, na apresentação do documento, termos sido claros parece-nos que temos, no mínimo, legitimidade para vos pedir que sempre que abordem o grau de execução do documento não se esqueçam daquilo que foi dito na apresentação, a priori, desse documento.

A segunda e última nota tem a ver com a clareza das contas. Nunca esta Assembleia teve aqui uma imagem tão próxima da realidade e tão próxima da verdade do Município como tem agora. Pode ser uma boa imagem ou pode ser uma má imagem. Neste momento, o importante, é que esta é a imagem, quase verdadeira, da realidade do Município. Porque a única forma de nós resolvermos qualquer problema, nomeadamente este problema financeiro que a Câmara tem, não é esconder facturas, não é sonegar informação, não é falsear os dados. A única forma é esta: é encarar a realidade conforme ela é, de frente.

Quer isto dizer o seguinte: quer dizer que nunca estivemos tão preparados para resolver o problema como estamos agora. Porque agora temos a verdade à nossa frente e agora permitenos resolver. É este o caminho que temos trilhado nestes cinco anos, é este o caminho que vamos continuar a trilhar nos próximos anos.”

Vereador Carlos Santos<sup>06</sup>

(Entretanto deu entrada na sala o Vogal Bruno Miguel Ribeiro Costa)

Vereadora Ana Neves<sup>07</sup>

Vereadora Maria da Luz<sup>08</sup>

Vereador Pedro Ferreira<sup>010</sup>

Inscreveram-se para intervir e usaram da palavra neste ponto os seguintes vogais:

#### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>012</sup>

“Sr. Presidente, Srs. Deputados. O Sr. Presidente teve o cuidado de na sua intervenção nos lembrar quão falcioso é o Orçamento e que a taxa de execução, porque era assumidamente um orçamento que não seria para cumprir, que não era possível cumprir pelas razões que expôs, mas que não seria legítimo agitar a taxa de execução de trinta e seis vírgula seis por cento, relativamente ao orçamentado. O Sr. Presidente tem razão naquilo que diz, mas também gostava que essa razão, que essa atitude, fosse extensiva ao momento em que apresenta o plano aos aveirenses. Isto é... o Sr. Presidente e a Câmara não viessem só aqui dizer que o Orçamento não é para cumprir ou que não é possível cumprir, que resulta, dessa maneira, das exigências legais, e que dissessem que aquilo que lá está, a pista de remo do Rio Novo do Príncipe, mais as obras na rua tal, mais a escola tal, não é possível fazer porque o Orçamento não é real. Mas não é essa a atitude que a Câmara, normalmente, tem na apresentação do seu plano. E parece que, em cada ano, vai fazer menos aquilo que lá está escrito quando sabemos que não é possível. Nós temos, de facto, uma execução do plano de dezoito vírgula seis por

cento, muito abaixo da própria taxa de execução global das receitas, porque as receitas angariadas foram, fundamentalmente, receitas correntes e as receitas de capital tiveram uma queda enorme neste ano que agora termina. Portanto, não houve dinheiros para planos, houve dinheiros para gerir mais ou menos. Penso, até, que nas despesas correntes, é de registar que, num contexto difícil, a Câmara conseguiu arrecadar mais receitas correntes que há dois e anos e mais que há três. Há, aqui, de facto, três anos de evolução positiva nas receitas correntes que seria positiva no âmbito de uma abordagem diferente das despesas municipais, mas que é uma melhoria que é esmagada pelo aumento exponencial das despesas, portanto, aumentando o buraco financeiro do município. E já agora, Sr. Presidente, sejamos rigorosos, não é?! Seria para cumprir cinquenta milhões e não os cumpriu, ficou a dois vírgula sete milhões dos cinquenta. Quarenta e sete vírgula três milhões das receitas totais.

Aquilo que nós verificamos nestas contas é que a Câmara continua a viver muito acima desses cerca de quarenta milhões de receitas totais. Portanto, o Município assumiu, em dois mil e nove, oitenta e oito vírgula seis milhões em compromisso. Atenção que isto não pode ser justificado só com a REFER e com a SOMAGUE. Há uma diferença muito mais do que aquela que resulta desse valor. Desses oitenta e oito vírgula seis milhões de comprometimento, setenta e três vírgula quatro foram facturados, quarenta e nove vírgula nove milhões pagos. Houve um aumento da diferença entre o facturado e o pago de vinte e três vírgula quatro milhões de euros. E é essa a realidade destes números.

No terceiro ano ou no quarto ano do plano de saneamento financeiro nós verificamos um aumento da dívida de médio e longo prazo em mais quatro vírgula três milhões e um aumento da dívida de curto prazo em dois vírgula nove milhões. Isto com um resultado total do passivo a passar de cento e oitenta e três vírgula um para duzentos vírgula sete milhões. Pode-se dizer que ultrapassaram a barreira psicológica dos duzentos milhões de euros de passivo durante o mandato que agora termina. Nas contas, é agora que ultrapassaram.

É evidente, Srs. Deputados e Sr. Presidente, que nós poderíamos discutir aqui o “sexo dos anjos”, fazer como os religiosos de Bizâncio e ficar aqui nessa discussão, se se deve mais que o ano passado ou não, se se deve mais do que no final do mandato do Alberto Souto ou não – mas deve – se houve mais ou menos plano, se aquela dívida estava escondida ou não estava escondida... não é isso que, no meu entender, vale a pena estar a discutir, hoje.

O que devemos estar, hoje, a discutir é como é que poucos anos após a aprovação, pelo Executivo, dum plano de Saneamento Financeiro e utilizados, pelo menos no que diz respeito às contas, cinquenta dos cinquenta e oito milhões como é que é possível ter aumentado a dívida de curto prazo e a dívida de médio prazo. Essa é que é discussão.

E se, perante aquilo que consta do próprio relatório em que o Sr. Presidente não referiu, o Sr. Vereador não referiu, veio apenas aqui dizer que aquelas coisas dos rácios têm razões, têm razões os vários itens daqueles rácios, e, portanto, hoje são assim mas no futuro poderão ser assado, se fizermos de outra maneira já pode ser assado, mas o que é um facto, é que, no conjunto dos dados objectivos que contam para a declaração de desequilíbrio estrutural do Município, quatro desses rácios estão ultrapassados. Essa é que é a realidade. Quatro dos seis que constam da lei.

Portanto, a questão central que, na nossa opinião, deve estar nesta discussão é: a Câmara reconhece, ou não, o fracasso completo do seu plano de saneamento financeiro? Isto é, um plano realizado ao abrigo do artigo quarenta da Lei das Finanças Locais. E reconhecendo que foram ultrapassados quatro elementos dos rácios, dos diversos rácios, que indicam a situação de desequilíbrio estrutural vai, ou não, a Câmara implementar os mecanismos para um plano de reequilíbrio financeiro. O que seria a confissão do fracasso do plano anterior. Essa questão é fulcral. E chamo a atenção dos Srs. Deputados de que nós não podemos ficar aqui como meros espectadores. Não somos meros espectadores. A declaração do fracasso do plano de saneamento, aquele que está em vigor, compete à Assembleia Municipal. A Lei das Finanças Locais remete-o para a Assembleia Municipal.

*Nós não podemos ficar a assobiar para o lado como se não fosse nada connosco. A não ser que, entretanto, surja informação relevante e forte, por parte da Câmara Municipal, eu não digo que vamos participar à DGAL – não, não é nada disso; não vamos fazer nada para a DGAL – mas vamos propor, no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos e que tem a ver com a apreciação e com a informação do relatório semestral à Assembleia do plano de saneamento financeiro, nós PCP vamos propor que se constitua uma comissão da Assembleia Municipal para, junto da Câmara, avaliar a situação do plano, para saber se devemos, ou não, declarar a situação de incumprimento. Para já, para a primeira volta, está!”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>013</sup>

*“Há três verdades sobre as Contas aqui apresentadas. Três verdades que saltam à vista. Aumento da dívida a curto prazo; aumento da dívida a médio e longo prazo; e o aumento dos Resultados Operacionais negativos. Dos resultados operacionais negativos que a Câmara Municipal de Aveiro continua a ter.*

*Mas sobre o que eu quero falar é que por detrás destes números estão ou não estão opções políticas. E é dessa opções políticas que eu quero falar. E queria pegar em três factores de preocupação: as transferências para as empresas municipais; o elevado peso dos recursos humanos e a habitação social.*

*E queria começar pelas opções políticas relativamente à habitação social. Creio e espero que não, mas é exactamente por ser uma preocupação a promessa de renovar aquilo que foi aqui prometido (e insisto mais uma vez nisso e insistirei até que seja cumprida) a promessa de renovação da canalização do Bairro de Santiago caiu, até agora, em saco roto — e já lá vai quase meio ano desde que a vereadora Maria da Luz Nolasco disse aqui nesta Assembleia que o concurso público estava em andamento. Afinal não era verdade!*

*Mas fique-se a saber que em todas as Assembleias que se seguirão a esta, e também no contacto directo com a população, o Bloco fará saber isso.*

*E a esse propósito, pergunto ainda à Câmara Municipal, se o anúncio que uma rádio local andou a anunciar, numa gravação em jeito publicitário foi iniciativa da Câmara? É que se não foi pareceu. E o que saía desse anúncio era que a presença da Polícia nesse bairro, não era para estigmatizar o Bairro!?”*

Presidente da Mesa:

*“Senhor Deputado isso não consta do nosso ponto da Ordem de trabalhos?”*

Vogal Ivar Corceiro:

*“Senhor Presidente, eu estou a falar de políticas por trás dos números.”*

Presidente da Mesa:

*“Senhor Deputado devemos cingir-nos à Ordem de trabalhos.”*

Vogal Ivar Corceiro:

*Senhor Presidente, eu estou a falar de políticas por trás dos números e isto é um órgão político, eu estou a falar das preocupações que o Vereador das finanças traçou.*

Presidente da Mesa:

*“Eu fazia um apelo aos senhores deputados para não haver subjectivismos na interpretação da Ordem do Dia. E com certeza que terá nos POD seguinte sou noutra circunstância hipótese de exercer essa política geral. Muito obrigado.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE):

*Senhor Presidente eu não ou vi dizer nada quando a Vereadora Maria da Luz disse ser a política da Câmara na futura habitação social, de mais bairros a custos controlados e mais protocolos privados. Isso foi referido e tem tanto a ver com os números apresentados e o que eu estava a dizer.*

*A esse nível registo, com decepção, o que percebi através da introdução da vereadora Maria da Luz Nolasco, ser a política futura de habitação social. Mais bairros a custos controlados e mais protocolos com privados. Será que a expressão reabilitação urbana não significa nada para este executivo. Será que é difícil perceber que esta cidade está a ficar mais degradada a cada dia que passa? É urgente inverter esta tendência de crescimento artificial da cidade, senão corremos o risco de vir a ter, muito em breve, uma cidade mais sobrepovoada nos subúrbios e uma cidade fantasma no centro urbano, com consequências sociais graves.*

*Outra preocupação para além da Habitação Social (e desta vez não se preocupe que tem a ver com números), tem a ver com as empresas municipais. As transferências da Câmara para as empresas municipais.*

*E no que são os objectivos sociais a Câmara fica aquém do desejado. Mas numa coisa o Vereador Pedro Ferreira tem razão, é o de preocupar-se com o peso das transferências para as empresas municipais.*

*O problema é que tem razão em preocupar-se, mas o Executivo não faz nem dá sinais de querer fazer aquilo que devia fazer, e que é a extinção de todas as empresas municipais do concelho para que se reduza o recurso a serviços externos em funções que possam ser desempenhados pelos serviços camarários.*

*Assim, para além de se poupar dinheiro, haveria um maior aproveitamento de outra preocupação demonstrada: o elevado peso dos recursos humanos (por exemplo). E quando falamos na extinção das empresas municipais, que não trazem absolutamente nenhum valor acrescentado ao concelho e são apenas uma forma de desperdiçar dinheiro. Posso até pegar em declarações de políticos de direita. Por exemplo, Fernando Costa, presidente da Câmara Municipal das Caldas da Rainha eleito pelo PSD, considera que as empresas municipais só servem para “depauperar o erário municipal”, “fugir ao cumprimento da lei” e “dar emprego ao boys partidários”.*

*Mas gostava de continuar no que foram os gastos na área social da CMA. Gostava de sublinhar três pontos de alguns dos gastos referentes e que devem fazer, no mínimo, confusão a qualquer eleitor seja de direita seja de esquerda.*

*Por exemplo nos objectivos sociais gostava de referir como confusão “Outros Serviços”. Ano corrente cinquenta mil euros; anos seguintes, duzentos mil euros!?*

*Apoios e subsídios a Agrupamentos e Escolas. Ano corrente, duzentos euros; anos seguintes zero!?*

*Ou seja, uma diferença brutal de 249 800 euros, entre uma rubrica que não se sabe muito bem o que é e outra, que se sabe, e que é importante, e onde durante o ano que passou a CMA gastou (pelo menos a taxa de execução é de 100%) vá lá, 200 euros.*

*Mas o mais curioso está na própria Acção Social. “Outros Equipamentos”. (acção social própria da Câmara) montante previsto seis mil seiscentos e sessenta e três euros (quase nada), mas o montante executado é de sessenta e dois euros e dezasseis cêntimos!?.*

*E sobre isto preocupa-me a política que está por trás! O CDS no seu programa eleitoral nestas legislativas defendeu no seu programa eleitoral que se reduzam as transferências estatais para as IPSS. Eu poderia concordar com isto porque considero que a política social deve ser o menos possível entregue a terceiros e o máximo possível deve partir directamente dos órgãos políticos.*

*O problema aqui é que o máximo possível é de 62,16€. Para a direita não haverá acção social, nem através das IPSS nem própria. Não resta nada. Se considerarmos que Aveiro tem um*

*pouco mais de 700000 habitantes, o que a CMA gastou por habitante foi menos de dez cêntimos por habitante.*

*E há aqui também uma questão importante. E porque se falou aqui em desperdício de dinheiro público, falta referir a questão da água.*

*O PSD venceu este fim-de-semana as eleições legislativas com um programa político (escrito em inglês, é certo) que promete privatizar a água! Ou seja, promete aumentar o preço da água, um recurso natural essencial a todos os cidadãos e retirá-lo mesmo a quem não o puder pagar. Em breve, um cidadão aveirense, na sua relação com este bem escasso, vai deixar de ser um cidadão para passar a ser um cliente. O vereador Pedro Ferreira disse nesta Assembleia a 10 Agosto de 2009, e passo a citar: “Aquilo que para além do mais nós conseguimos garantir (está na acta) foi que durante 50 anos a rede será mantida e será pública (e já veremos porque é que será pública), daqui a 50 anos ela terá que estar numa rede altamente funcional quase como nova”*

*Pergunto se o vereador das finanças está hoje capaz de continuar a prometer o mesmo? E nesta matéria gostava de lembrar o dinheiro que a Câmara transferiu para ADRA mais e meio milhão de euros (522.340,00), prevendo mais 433.650,00 nos anos seguinte e 3.115.000,00 no apoio à exploração. É este dinheiro público que o seu Partido vai agora passar para as mãos de privados!? Muito obrigado.”*

Vogal Paulo Marques (CDS/PP)<sup>014</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>015</sup>

Vogal Raúl Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>016</sup>

*“Muito obrigado Sr. Presidente. Caros colegas. Desde há muito tempo que venho a alertar para a situação económica e financeira da Câmara de Aveiro e da necessidade da Câmara se comportar como uma pessoa de bem e honrar os seus compromissos. Fomos os primeiros aqui a propor a consolidação do passivo camarário a curto prazo, através da constituição de um empréstimo de longo prazo, considerado fundamental para acudir à situação pesada dos credores do Município. Facto que, à altura, me causou, como é sabido, muitos dissabores pessoais.*

*E sempre considerámos que a situação de desequilíbrio financeiro existente em Aveiro era estrutural e não conjuntural, e que, atendendo a esse facto, deveriam ser tomadas as difíceis e dolorosas medidas adequadas.*

*Este Executivo não foi desse entendimento e nesta Assembleia conseguiu fazer vingar a aprovação de um empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros, pomposamente apelidado de operação de saneamento financeiro, para ocorrer a uma situação de um pretensão desequilíbrio conjuntural que não votámos favoravelmente por entendermos, como aliás o tempo se tem encarregado de confirmar, que essa operação nada ia sanear porque recusava assumir os sacrifícios que uma verdadeira operação de saneamento financeiro exige e apenas pretendia permitir a este Executivo sobreviver politicamente e empurrar o problema “com a barriga” para as gerações vindouras.*

*Se bem se lembram esse empréstimo, cujas duas primeiras tranches foram colocadas à disposição do Município no ano de dois mil e oito – sim... é preciso lembrar que o período de carência está a terminar e vai ser necessário começar a fazer amortizações – era suportado por uma mirabolante panóplia de medidas entre as quais, deixem-me recordar-vos: a alienação por cerca de quatro milhões de euros de oitenta e três habitações sociais; a constituição de um fundo imobiliário que geraria num encaixe de seis milhões e meio de euros; a venda de património municipal que geraria uma mais-valia de vinte e sete milhões de euros; a concessão dos SMAs por cinquenta milhões de euros; e a fantástica concessão do Estádio Municipal por sessenta e cinco milhões de euros. Medidas que nos fariam dar umas boas gargalhadas caso o assunto não fosse tão trágico.*

*Sempre dissemos que o pacote de medidas proposto era medíocre e não resolveria nenhum dos problemas estruturais do Município. Crítica, aliás, reiterada pelo Tribunal de Contas.*

*No nosso entender, o empréstimo era necessário mas não era suficiente para corrigir a situação financeira do Município. Para que tal acontecesse, devia ser acompanhado por um plano de saneamento financeiro politicamente corajoso que sustivesse o défice estrutural.*

*O Dr. Élio Maia salvou, na altura, a sua pele política, mas persistiu no erro e, sustentando a sua errónea acção nos seus compromissos eleitorais, evitou as medidas impopulares que resolveriam a situação económica do Município e, conseqüentemente, a situação financeira. Propondo e implementando o verdadeiro plano de saneamento que permitisse gerar meios que promovessem o seu equilíbrio financeiro ao invés de sonhar com delirantes de obtenção de receitas, como a da concessão do estádio Municipal pela módica quantia de sessenta e cinco milhões de euros.*

*Sr. Presidente. Já aqui afirmámos que a gestão municipal é um assunto demasiado sério para ser deixado na mão de alguns políticos, principalmente quando não são competentes. E em Aveiro os factos vão dando razão absoluta a esta minha afirmação. Se não vejamos a situação de Aveiro dois anos após a colocação à disposição deste Executivo do empréstimo de cinquenta e oito milhões de euros, que deveria servir para reduzir a zero as dívidas de curto prazo e regularizar todos os pagamentos em atraso. Temos uma situação financeira a piorar e cada vez mais aflitiva e à beira da ruptura.*

*Não vale a pena tentarem enganar as pessoas... a mentira tem a perna curta. Vamos ler o que está escrito. No documento que hoje estamos a analisar estão postas a nú as mentiras do Executivo e dos seus acólitos desta Assembleia, relativamente à diminuição da dívida.*

*As dívidas a terceiros aumentaram mais de sete milhões de euros, de trinta e um do doze de dois mil e nove a trinta e um do doze de dois mil e dez.*

*Em dois mil e nove, o total das dívidas era de cento e setenta e quatro vírgula sete milhões de euros. E estou a falar apenas da Câmara. Em dois mil e dez, cento e sessenta e um vírgula noventa e um.*

*Sete vírgula dois milhões de euros de aumento dos quais três milhões nas dívidas de curto prazo. E não me venham com as dívidas da REFER. Não venham com essa história porque é história para enganar tolo. Se não vejo-me obrigado a falar dos activos que entretanto a Câmara alienou e cujo dinheiro embuchou. Falam nas dívidas da REFER... e então não falam no dinheiro que receberam, que embucharam e que já estragaram, gastaram, da venda dos SMA's?*

*As dívidas de curto prazo eram de quarenta e sete vírgula trinta e seis milhões de euros, passaram, isto é fundamental que as pessoas entendam, para mais de cinquenta milhões de euros. No fim, em trinta e um de Dezembro, eram superiores a cinquenta milhões de euros. Ou seja, a situação de hoje é muito semelhante, em termos de dívidas de curto prazo, à situação que era antes de se constituir o financiamento de cinquenta e oito milhões de euros para resolver, precisamente, estas dívidas de curto prazo. A acrescentar a isto, e não fica por aqui, do lado do activo, os depósitos a instituições financeiras passaram de nove vírgula sete milhões de euros para sete milhões de euros. Ou seja, diminuíram cerca de dois vírgula sete milhões de euros. O que a juntar aos sete vírgula dois milhões de euros de aumento de dívidas fez piorar, em dois mil e dez, a situação financeira da Câmara em cerca de dez milhões de euros. É o número: dez milhões de euros que piorou durante o ano passado. Isto é a situação financeira.*

*A situação económica é, obviamente, desastrosa. O resultado líquido do exercício apresenta um prejuízo de catorze vírgula quatro milhões de euros que, embora seja menor que o prejuízo de dois mil e nove, tem, e isso é que é importante notar, um preocupante agravamento dos resultados operacionais e que é superior a um vírgula sete milhões de euros. E é aqui que nós devemos insistir. É nos resultados operacionais.*



*Mas não ficamos por aqui. O total das receitas líquidas cobradas em dois mil e dez foi de quarenta e seis vírgula oito milhões de euros. Este valor é inferior em cerca de três vírgula dois milhões de euros às despesas do mesmo período que atingiram cerca de cinquenta milhões de euros. O que é extremamente grave e demonstra a total incapacidade de gestão deste executivo. E foi conseguido à custa da diminuição do saldo que transitou para dois mil e onze. O saldo que transitou anteriormente foi de nove vírgula sessenta e oito milhões de euros e passou apenas a transitar um saldo de seis vírgula noventa e nove milhões de euros. Mas a situação é ainda mais grave se tivermos em atenção que nas receitas correntes foi registado um montante na rubrica “Rendas” superior a doze milhões e meio de euros, que, de facto, resultam da concessão dos Serviços Municipalizados, valor que, pela sua natureza, não se vai repetir nos próximos anos. Ou seja, se tal não tivesse acontecido, se não se considerasse, como se deve considerar, neste caso corrente, uma receita que, realmente, é extraordinária a Câmara teria apresentado, em dois mil e dez, um défice corrente superior a três milhões e meio de euros.*

*Talvez esteja aqui a obscura razão deste Executivo ter, apressadamente, cometido esse crime de “lesa Aveiro”, que foi a concessão da água e saneamento nas condições em que foi negociado para tentar disfarçar o défice corrente do ano.*

*Mas haveria muito mais a dizer, nomeadamente: que dos cinquenta milhões de euros do empréstimo já recebidos falta ainda justificar a utilização de quatro vírgula quatro milhões; que se tem conseguido mascarar algumas situações com o reconhecimento, desde dois mil e oito, de alguns imóveis no valor de trinta e sete milhões de euros que não haviam sido incluídos no inventário de Bens Municipais; que não foram efectuadas as reposições das quantias relativas aos proveitos diferidos relacionados com as imobilizações corpóreas; que se reconhece apressadamente a imobilizar em curso o montante da dívida da REFER, mesmo sem haver números, para tentar confundir os munícipes e lançar sobre essa dívida o anátema da culpa de todos os insucessos e dos números. Pequenos truques de malabarismo político ou contabilístico de segunda. Não fora o Revisor de Contas chamar a atenção que o Município recebeu “digraficamente” activo e passivo, dívidas a pagar, que os activos não mereceram a amortização e que os resultados apenas foram influenciados pelos juros de mora.*

*E, finalmente, havia, em trinta e um de Dezembro passado, mais de vinte um milhões de euros de compromissos que se transformarão em passivo num futuro próximo. Enfim... Sr. Presidente. Muito haveria a dizer. A situação financeira da Câmara, o excesso de endividamento líquido existente pode, rapidamente, degenerar num quadro explosivo de controlo muito difícil.*

*É absolutamente urgente e indispensável tomar medidas que possam impedir o agravamento do problema estrutural do município. Mas sabemos, como sempre, que o Executivo fará orelhas moucas às nossas palavras, mas não desistiremos. E cá estaremos para quando as coisas azedarem de vez lembrar que, em altura oportuna, nos disponibilizámos para construir e ser parte de uma verdadeira solução que permita resolver os problemas de Aveiro e dar uma réstia de esperança num futuro melhor aos aveirenses.*

*Uma nota final, Sr. Presidente sobre os Serviços Municipalizados e as suas contas. Para dar conta da situação periclitante dos SMAs, despojado da sua jóia da coroa, a água, e á qual já nos referimos. Os SMA's são hoje uma ténue sombra daquilo que foram no passado e aguardam, pacientemente, a sua próxima morte.*

*Com uma dívida de cerca de sete vírgula oito milhões de euros, dos quais quatro milhões e meio de euros a curto prazo, junto da dívida da Câmara, só a Câmara e os Serviços devem cento e setenta milhões de euros, ou quase cento e setenta milhões de euros, falta muito pouco, obviamente não tem futuro. Claro que vão dizer que as dívidas de terceiros que também constam no activo dos Serviços Municipalizados também aumentaram, mas se repararem bem o que aumentou, e que convirá aqui, já agora, o Vereador explicar bem porquê, são as*

*previsões para os clientes de cobrança duvidosa e quero saber como é que aumentaram, num ano, acima de dois milhões de euros.*

*Antes da concessão da água à ADRA os aveirenses sabiam que pagavam a mais cara água do País, mas que os SMA's lucravam com isso. Agora que concessionámos a água continuamos a pagá-la ao mesmo elevado preço, malbaratou-se o dinheiro da concessão, mas temos uns Serviços Municipalizados à beira da agonia, com resultados operacionais negativos, num valor superior a dois vírgula seis milhões de euros. Aliás, merecem reparo na certificação do Revisor de Contas.*

*Sr. Presidente temos que reconhecer que, mesmo para este Executivo, conseguir liquidar os SMA's em tão pouco tempo é obra.*

*Finalmente, quem ouvir o Dr. Pedro Ferreira, quem ouviu o Dr. Pedro Ferreira, quando eu aqui disse que isto ia acontecer, que estes prejuízos operacionais iam acontecer, do alto da sua presciência ignorante afirmou, alto e bom som, que eu estava errado, que a situação corrente dos SMA's ia ser equilibrada gostaria de saber o que é que hoje tem para nos dizer. Disse Sr. Presidente.”*

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>017</sup>

Vogal Raúl Martins (PS)<sup>018</sup>

Vogal Rui Vaz (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>018</sup>

*“Boa noite Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros da Câmara. Depois de uma tão longa intervenção do Prof. Raúl Martins sobre as coisas más, eu gostaria de referir, também, as coisas boas. E vou-me referir, concretamente, em relação à minha Freguesia, as coisas boas que a Câmara tem feito e que, com algum agrado, gostaríamos de registar. Algumas delas envolvem algum investimento de monta, como é o caso do CARSurf, da aquisição do novo ferry e do porto de abrigo para os pescadores. Todas elas têm uma componente social muito importante para S. Jacinto. O porto de abrigo para os pescadores é importantíssimo. Como sabem, S. Jacinto, apesar de ser a localidade mais exposta aos elementos, é a única localidade da Ria de Aveiro que não tem ainda um porto de abrigo para pescadores. Estamos ansiosos pela sua execução e conclusão.*

*Relativamente à aquisição do novo ferry e à preocupação da Câmara em adquirir um novo ferry temos que registar com agrado. A duplicação da embarcação ferryboat fará com que não haja interrupções ou que pelo menos reduza as interrupções que tem havido no caso de alguma avaria ou reparação que tem de ser feita, ou as revisões e inspecções pontuais que têm de ser feitas, permite-nos ter sempre uma embarcação a navegar.*

*Relativamente ao Centro de Alto Rendimento de Surf. É, também, um investimento elevado que este ano já vai revelar o quanto importante é para S. Jacinto e as mais-valias que vai gerar, em termos sociais e económicos, para a localidade, nomeadamente com a realização das provas a contar para a Taça de Portugal e para o Campeonato Europeu de Surf.*

*De referir as iniciativas que, não sendo muito “amorosas”, contribuem para a divulgação e para a promoção de S. Jacinto, como é o caso do Triatlo, do Campeonato Nacional de Futebol de Rua e também a “velha questão” da Bandeira Azul, pela qual muito trabalhámos e lutámos e que mais uma vez conseguimos hastear na nossa praia.*

*De referir também a importância do apoio que a Câmara vai dando a esta Freguesia que, estando deslocada geograficamente do centro do Concelho, não está, seguramente, do coração. Agradecemos à Câmara tudo o que nos tem sido dado. Obrigado.”*

Vogal Marques Pereira (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>020</sup>

*“Sr. Presidente, Srs. Deputados, Ex.ma Câmara. A substância desta reunião diria que está feita. De um lado temos uma apresentação feita pela Câmara Municipal, sobretudo, pela voz*

*do Dr. Pedro Ferreira e pela voz do Sr. Presidente, secundando a voz do Sr. Presidente, por outro lado, temos o PS que, na Câmara e agora na Assembleia Municipal, apresenta aquilo que, do nosso ponto de vista, é a realidade financeira e económica da Câmara Municipal. E estamos em face de duas realidades absolutamente distintas. O que para a discussão política e para a clarificação dos cidadãos, em relação à sua Câmara Municipal, criará, seguramente, muitas dificuldades.*

*E a Câmara deveria empenhar-se, sobretudo, em não cumprir apenas a combinação legal de publicar as contas e trazê-las aqui para a normal discussão e votação, mas deveria promover, a bem da transparência e da clareza, efectivo esclarecimento das pessoas acerca da realidade financeira do Município.*

*Mas existe um denominador comum aos dois discursos. É que existem dificuldades económico-financeiras.*

*E, de facto, era importante que os cidadãos para escrutinarem o trabalho da Câmara, que, do nosso ponto de vista, não é positivo, estivessem informados. Temo, Srs. Deputados, que os cidadãos estão muito longe de estarem inteirados da situação calamitosa que a Câmara atravessa.*

*E a percepção que cada um de nós tem é que a situação não está a melhorar, nem sequer está na mesma... está pior! E eu pasmo a forma como foi aqui apresentado, pelo Dr. Pedro Ferreira, e já aqui desmontado pelo Dr. Raúl Martins e na Câmara pelo Dr. João Sousa, num sério trabalho de análise dos números fornecidos pela Câmara, e não se consegue compreender como é possível a Câmara fazer a leitura que faz.*

*E eu começo por pasmar porque na página duzentos e vinte e um do relatório que nos é presente, ou melhor, da página duzentos e vinte e dois do relatório que nos é presente, a Câmara assume, “preto no branco”, que preenche os requisitos para a obtenção de um plano de reequilíbrio financeiro que está plasmada na Lei das Finanças Locais. E não se compreende porque é que a Câmara, não só não começa a sua alocução em relação a essa matéria tão grave, como, pura e simplesmente, a ignora ostensivamente face a esta Assembleia Municipal. Esta é a prova acabada, mesmo para quem não compreende a tecnicidade dos números, da inoperância e incapacidade e do insucesso das políticas levadas a cabo pela coligação que governa os destinos de Aveiro.*

*Foi possível, foi oportunidade na altura que a Câmara não conseguiu agarrar, ver aprovado um plano de saneamento financeiro ao abrigo de um desequilíbrio conjuntural inexistente. Mas dói. E os Srs. perderam a oportunidade de, com esse dinheiro, verdadeiramente, sanear as contas do Município.*

*E o diploma final, a certificação final, da política prosseguida por V. Ex.as está na vossa própria assumpção desse falhanço que é o cumprimento infeliz dos requisitos que dão lastro a esse desequilíbrio estrutural, e que está, por vós, escrito e assumido na página duzentos e vinte e dois desse documento. E essa assumpção política não foi feita e isso deveria ser explicado, a não ser que queiram contradizer o vosso próprio escrito ou a vossa própria afirmação. Portanto, Sr. Presidente, é urgente que V. Exa. clarifique que, em face daquilo que escreveu na página duzentos e vinte e dois, o que é que pretende fazer, até porque, como já aqui foi referido pelo deputado Salavessa, existem expedientes ao alcance dos órgãos autárquicos deste município para poderem desencadear estas questões.*

*Segundo ponto, foi aqui referida a questão do balanço social. Fizeram-se uma série de considerandos. Há um considerando que eu gostaria de ter visto aqui esclarecido e não vi. Porque é que ainda não está aqui espelhado com clareza, ou isso não foi suficientemente enfatizado pela Sra. Vereadora acerca da reestruturação dos serviços e que aqui já foi trazida? Onde é que está a reestruturação dos serviços? E se, pelo menos, ainda não deveria estar totalmente espelhado neste balanço social, deveria, pelo menos, ter sido dada uma informação, ainda que “en passant”, a esta câmara qual a evolução desse processo que temo, desde a altura que foi aqui aprovado na Assembleia Municipal até ao dia de hoje, ainda não*

*houve uma palavra, nem nesta Assembleia, nem na Câmara, acerca dessa matéria tão ponderosa que é a reorganização dos serviços e que tanto atrasa o bom desempenho dos funcionários da Câmara Municipal de Aveiro.*

*Por último, que não em último, uma questão que me suscitou, enfim, alguma perplexidade e que tem a ver com a intervenção feita pelo líder da bancada do PSD numa destas últimas reuniões acerca do protocolo da REFER.*

*Eu oiço sempre, com muita atenção, o que o Dr. Coimbra diz, aqui nesta Assembleia, e quando se abordou a história do protocolo com a REFER eu próprio fui acompanhando no papel as reflexões feitas por esse tão importante porta-voz do Partido Social Democrata. E, de facto, plasmava o Sr. Deputado acerca do obscurantismo, da pouca concretização, que presidiu à elaboração e à redacção do documento. E fiquei preocupado porque o protocolo da REFER não só envolveu obras significativas que beneficiaram a cidade, como envolveu também verbas muito significativas, na ordem dos quinze milhões de euros, que foram inscritos no orçamento desvirtuando, na voz do Vereador as contas do Município aumentando em muito a sua dívida, mas o que é facto é que não se compreendia, nem o PSD compreendia pela voz do Sr. Deputado, porque é que se tinha alcançado aquele número. E eu temi que o obscurantismo desse documento e desse contracto não tivesse sido escrutinado, deliberado, em sede de Órgãos Municipais. E sabem V.Ex.as o que é que eu descobri? Descobri que na acta setenta e cinco, de sete de Maio de dois mil e um, havia um Sr. Deputado que dava pelo nome de Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva que votou favoravelmente este contracto. E eu pasmei... porque, de facto, o princípio da coerência não é invertido, Srs. Deputados. Onde é que está o princípio da coerência, tantas vezes propalado e bradado por tão ilustres figuras? Fiquei preocupado! E tão mais preocupado fiquei quanto o facto de a própria Câmara ainda hoje não ter assumido a sua total inoperância desde essa data até dois mil e onze, e já lá vão seis anos de governo de PSD-CDS, só agora terem conseguido, pasmem-se Srs. Deputados, só agora terem conseguido, seis anos depois de estarem no governo, contabilizar as ditas facturas que ninguém sabe porque é que são esses valores. Ainda não consegui serem prestadas, a esta Assembleia, contas efectivas e rigorosas, e qual a razão que presidiu ao facto de serem quinze milhões de euros ou não ser outro número qualquer.*

*Por último, Sr. Presidente, felicita-lo. Porque V. Ex.a, hoje, nesta Assembleia, resistiu e bem à demagogia que, por vezes, caracteriza o seu discurso. Hoje, ao contrário do que fez no comício do PSD nas legislativas, em frente à Câmara, não iniciou o seu discurso dizendo que a culpa era dos mandatos do Partido Socialista. Disse.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[021](#)

*“Sr. Presidente, dá-me licença. Bom... parece que hoje vamos falar sobre o passado. Era suposto falarmos sobre o passado recente, dois mil e dez, vamos falar sobre um passado longínquo. Também acho que é importante porque nós temos que enquadrar aquilo que é a nossa acção política com aquilo que diz respeito ao passado, porque condiciona aquilo que nós somos e fazemos hoje.*

*Como foi dito, o protocolo da REFER foi discutido nesta Assembleia Municipal em dois mil e um. Este protocolo foi muito discutido, aliás como todos os protocolos são discutidos nesta Assembleia Municipal, e penso que a decisão, na altura, de avançar com este protocolo com a REFER, à data CP, foi aprovado por unanimidade. Penso que foi por unanimidade apesar das críticas que foram lançadas ao protocolo, nesta Assembleia. Atendendo à bondade, e se nós pensássemos na bondade e daquilo que nos foi explicado na altura, o protocolo entre a Câmara Municipal de Aveiro e a CP e que nos foi explicado pelo Presidente da Câmara, à altura o Dr. Alberto Souto, e estavam aqui presentes na bancada do Partido Socialista muitos dos membros que neste momento fazem parte aqui desta bancada, alguns deles eram Vereadores, outros penso que eram Assessores do Sr. Presidente da Câmara, todos eles estavam a par deste processo, havia um conjunto de permutas que, levantadas as questões*

*nesta Assembleia foi-nos assegurado pelo Sr. Presidente da Câmara que se tratava simplesmente de permutas. Por isso, o saldo para a Câmara seria zero, em termos financeiros. Era uma questão de “toma lá, dá cá”, no sentido de otimizar um conjunto de terrenos, um conjunto de infra-estruturas.”*

Presidente da Mesa:

*“Sr. Deputado, houve um acordo entre os Srs. Deputados que, nos períodos de pedidos de esclarecimentos, fossemos sintéticos. O momento das intervenções tem tempo de sobeja nas respectivas intervenções.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):

*“Sr. Presidente! Peço desculpa mas o meu nome foi invocado não foi para discutir o Plano de Actividades e Orçamento. O meu nome foi invocado porque eu, em dois mil e um, votei favoravelmente um protocolo entre a Câmara Municipal de Aveiro e a CP que o Partido Socialista trouxe a esta Assembleia. Foi por isso que o meu nome foi invocado. E eu estou a explicar que votei favoravelmente atendendo às explicações que, na altura, o Sr. Presidente da Câmara, Dr. Alberto Souto nos deu.*

*Aquilo que eu pergunto ao Dr. Marques Pereira é que se não acha que se tratou de uma mentira do Partido Socialista a esta Assembleia o ter proposto um protocolo, ter vindo aqui a esta Assembleia dizer que não havia qualquer encargo para a Assembleia e agora vir a REFER, passado todo este tempo, dizer que nós temos de pagar três vírgula seis milhões de euros. Há aqui um engano do Partido Socialista ou há aqui um engano da REFER?”*

Vogal Marques Pereira (PS) – Nos termos do artigo 32.º do Regimento:[022](#)

*“Bem... procurando baixar a temperatura do nervosismo demonstrado por esta incoerência pelo Deputado que me colocou esta questão, gostaria de esclarecer os Srs. Deputados, e o Sr. Deputado em particular, que a forma como coloca, em jeito de reflexão e pergunta, esse pedido de esclarecimento, suscitam-me dois comentários.*

*Primeiro, o facto de ser prolixo e atabalhoadamente ter feito uma invocação do passado, significa que não tem resposta para aquilo que afirmou, aqui, recentemente, nesta Assembleia, acerca da obscuridade e da falta de transparência deste documento. E, portanto, V. Ex.a de acordo com aquilo que acabou de reflectir tinha uma de duas situações. Ou achava que o Sr. Presidente à época estava, nas suas palavras, a mentir. E aí achava que devia ouvir o seu companheiro Valente em relação aos epítetos que endossa aos outros políticos. Ou então, votando favoravelmente, e assumindo isso como aqui assumiu, abster-se-ia de nós termos de ouvir essas atoardas e esse levantar de suspeições absolutamente injustificadas e recorrentes de V. Ex.a, que aqui protagoniza por diversas vezes essa pequena calúnia sobre documentações e as formas de fazer política do passado - e é V. Ex.a que recorrentemente trás esses assuntos - em face daquilo que temos hoje que é um paradigma bem distante do que tínhamos anteriormente, em face do facilitismo, da falta de clareza, do pouco rigor e, sobretudo, da incompetência com que este Executivo tem demonstrado estar a gerir as questões de Aveiro, nefastas para as nossas aspirações.”*

Vogal Victor Martins (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[023](#)

*“Ex.ma Mesa. Ex.ma Câmara. Caros colegas. Ao analisar o Relatório de Actividades de dois mil e dez da Câmara Municipal de Aveiro gostaria de destacar o apoio social que o Executivo prestou na construção dos lares, centros de dia e berçários, através do projecto PARES, contemplando o Centro Comunitário da Vera Cruz e o Centro de Santa Eulália, bem como a Associação ASAS de Santa Joana.*

*Gostaria ainda de saudar a Câmara Municipal pela recuperação das casas sociais na Cova do Ouro. Quero aqui também felicitar a Câmara Municipal pelo passeio realizado para os cidadãos seniores do Concelho, pois tiveram a oportunidade de conhecer Vila Praia de Âncora. Um passeio que teve como objectivo o convívio e a solidariedade e a partilha entre idosos do Concelho.*

*Por último, gostaria de louvar a organização da Feira de Março que, nestes últimos anos, tem primado pela qualidade, de ano para ano, e vindo a apresentar significativas melhorias no âmbito da disposição dos stands, bem como na realização de todos os eventos culturais, originando, deste modo, a visita de milhares de forasteiros à nossa cidade. Tenho dito.”*

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[024](#)

*“Muito boa noite. Eu tinha algumas notas para fazer, no âmbito do Relatório e Contas de dois mil e dez da Câmara, mas face ao desenrolar, até agora, do debate eu decidi deixar as notas para uma segunda intervenção.*

*Gostaria de me centrar em pequenos pontos que me parecem relevantes. Ou mesmo apenas num só ponto. O Sr. Presidente da Câmara quando iniciou, hoje, a sua intervenção disse, entre outras coisas, que nunca as contas da Câmara espelharam com tanta proximidade e realismo a situação actual da Câmara.*

*Há uns tempos, o Sr. Presidente da Câmara também disse que nos últimos cinco anos tinha conseguido reduzir o passivo municipal em cinquenta milhões de euros.*

*Ora bem... o Sr. Vereador Pedro Ferreira fez uma análise dos últimos dez anos que incluem os últimos cinco. Há aqui informação prestada pela Câmara que não bate certo, porque os números apresentados pelo Sr. Vereador Pedro Ferreira, fruto de uma análise feita pelo nosso Vereador corroboram, eu diria quase que fielmente, os números que o Sr. Vereador Pedro Ferreira apresentou que denotam um aumento do passivo.*

*O Sr. Presidente da Câmara disse que nos últimos cinco anos tinha reduzido cinquenta milhões de euros. Se quiser falar de dívida também falamos, mas não baralhemos as pessoas. É dívida ou passivo... o que importa é que há aqui contradição claríssima entre o Sr. Vereador e o Sr. Presidente.*

*Eu gostaria de saber, eu e não só, com certeza muita gente gostaria de saber, o que é que, de facto, está a acontecer. Aumenta ou não aumenta? Diminui ou não diminui?*

*Este é o primeiro ponto. Vou-me ficar por aqui para não criar dispersão.”*

Vogal Casimiro Calafate (PPD/PSD)[025](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[026](#)

*“Brevemente, Sr. Presidente, até porque a minha bancada já fez as intervenções mais técnicas e aguardamos as respostas e os esclarecimentos por parte da Câmara.*

*De toda a maneira queria só reforçar a seguinte questão. Porque é que os documentos que a Câmara nos apresenta, e que são produção da própria Câmara, acabam por assumir, não sei em concreto a página, mas assumem no documento que o desequilíbrio da Câmara é estrutural. Portanto, que faz o preenchimento dos requisitos de que a Câmara vai precisar de um outro tipo de intervenção bem diferente do que aquele que precisou em dois mil e cinco. Porquê esse tipo de afirmação num documento que depois é apresentado a desdizer aquilo que é afirmado no documento que nos é entregue?*

*É só esta pequena grande contradição que queria ver esclarecida, sem prejuízo depois, face aos esclarecimentos da Câmara, aduzir uma segunda intervenção.”*

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)[027](#)

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)[028](#)

Vogal Fernando Marques (PPD/PSD)<sup>029</sup>

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>030</sup>

Vogal António Salavessa (PCP) – Nos termos to artigo 32.º do Regimento:<sup>031</sup>

*“Eu estava hesitante entre a figura do pedido de esclarecimento e entre o protesto, mas acho que a figura do pedido de esclarecimento, neste caso, não vale a pena.*

*Eu queria protestar pelo facto do deputado que me antecedeu, que acabou a sua intervenção, fazer uma afirmação absoluta, taxativa, que de forma alguma corresponde à realidade. Não é verdade que outros deputados apenas tenham falado de coisas negativas. É uma “inverdade” que quero que fique registado. Por isso mesmo, solicito que a minha intervenção fique registada em acta para que os Srs. Deputados depois possam voltar, se não ouvirem, a ler que se alguém falou do aumento consolidado das receitas ao longo destes últimos três anos um desses alguém fui eu. Portanto, não podem dizer que não se fala dos aspectos positivos.*

*Agora, não me peçam que perante uma execução de dezoito vírgula seis por cento do Plano que fale dos dezoito vírgula seis por cento de coisas que foram feitas. Mas prometo que não falarei dos oitenta e um vírgula quatro por cento de coisas que não foram feitas. Muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins (PS)<sup>032</sup>

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD)<sup>033</sup>

Vogal Paulo Anes (PPD/PSD)<sup>034</sup>

Vogal Elisabete Krithinas (PPD/PSD)<sup>035</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>036</sup>

*“Muito boa-noite. Vou procurar ser breve, cingindo-me ao que nos trás aqui hoje, que é a análise do Relatório de Gestão das Contas do município em 2010. Eu aprecio a forma como foi elaborado o Relatório de Gestão, que acho que é de uma minúcia exemplar e apreciei também bastante as intervenções que foram feitas aqui pelos membros do executivo, em particular aquela chamada de atenção do Senhor Presidente e o “power point” apresentado pelo Senhor Vereador Pedro Ferreira. Porque veio complementar de facto umas informações que nem se apresentavam com a clareza devida no próprio Relatório.*

*E portanto, teve este mérito, de esclarecer muito bem os presentes sobre as Contas do exercício assumindo claramente que o município há muito tempo está em desequilíbrio financeiro — e não é por acaso que existe um Plano de Saneamento Financeiro, que aponta para o horizonte temporal de 2013, para nos colocarmos dentro dos níveis e que viabilizámos para conseguirmos de facto chegarmos lá. É esse o nosso objectivo.*

*E o que me permito constatar lendo os mesmos números que toda a gente. Toda a gente leu os mesmos números, o que me permite constatar de facto, é que o município tem feito um esforço muito sério, no sentido de recuperar a situação económica e financeira do município, dando condições de sustentabilidade para a sua acção. E eu gostaria aqui de repisar uma ideia que já foi aqui transmitida pelo meu colega e companheiro Paulo Anes, é que de facto as Contas são o reflexo, serão a fotografia de toda uma acção desenvolvida pelo executivo, que não se confina à página 222! Que eu não tenho a menor dúvida seria rasgada no tempo do Dr. Alberto Souto. O rigor, a transparência e a verdade que estão espelhadas nas Contas do exercício de 2010, não têm paralelo na história do município de Aveiro.*

*E os Senhores têm tanta informação, apenas a título de comparação, vocês dantes tinham aproximadamente 15 páginas de informação financeira — hoje andam nas 40 a 50. Há de facto muita informação.*

*O Plano de Saneamento Financeiro vem a esta Assembleia temporariamente, esporadicamente! E o município tem cumprido, tem cumprido a Lei e tem cumprido o Plano de Saneamento Financeiro.*

*Agora meus Senhores, é óbvio, que tendo o Plano de Saneamento Financeiro sido elaborado em 2007 com uma adenda em 2008, declarando-se a crise nacional e internacional em 2008, afectou e de que maneira os pressupostos da sua elaboração. Mas a Lei prevê que o município faça anualmente as correcções necessárias, sem dramas! Não há drama nenhum nisso. Isso é uma questão de bom senso! Bom senso!*

*E é uma questão de estar a par e em cima dos acontecimentos para poder intervir e corrigir o que for necessário. E portanto eu não julgo que haja qualquer necessidade de se criar qualquer Comissão para fazer uma auditoria externa ou o acompanhamento, porque o executivo tem vindo a esta Assembleia Municipal e tem-no feito de uma forma exemplar, o desenvolvimento de todas as explicações que os aveirenses precisam de saber.*

*E eu sinto-me reconfortadíssimo com as explicações que têm sido dadas pelo município nesta matéria. Portanto assim quero continuar e naturalmente o PSD não vai entrar numa dessas, se calhar era o que algumas pessoas gostariam.*

*Mas passando à questão das Contas. Esta introdução tem a ver de facto com os limites do endividamento, tem a ver com a questão do desequilíbrio financeiro. Eu gostaria de realçar que o município de Aveiro não está em falência.*

*Houve aqui algumas intervenções que foram no sentido de dar a entender que o município de Aveiro está falido. Não está meus senhores! Não está!*

*Se vocês para aqui vierem, disso não tenho a menor dúvida, com a vossa apetência pelo despesismo, disso não tenho dúvidas. Agora têm havido um grande esforço e o Balanço espelha claramente uma situação patrimonial favorável. Não vale a pena iludir estas questões. É assim: nós estamos com um activo muito superior ao passivo, qualquer que ele seja é muito superior. Os nossos fundos próprios são de 113 milhões e estão alicerçados num património líquido de 166 milhões, ponto final.*

*Portanto, mais, o volume dos nossos activos corpóreos e dos bens do domínio público, são largamente superiores ao valor do capital alheio de médio longo prazo.*

*Há muita coisa aqui assim, muito para além daquilo, do dramatismo, que vocês puseram na vossa intervenção.*

*Portanto estamos nesta matéria um bocado à vontade. Agora, temos problemas de tesouraria? Temos com certeza. Qualquer pessoa olha para aqui e vê que estamos aqui com um rácio, se descontarmos os Acréscimos e Diferimentos que o relatório nos explica muito bem porque é que aparecem, mas se nós ativermos apenas às dívidas de curto prazo, nós verificamos que temos um activo circulante de aproximadamente 17 milhões, para um passivo de curto prazo de 50 milhões. Então estamos com um rácio que tomara muita empresa ter. Portanto não é preocupante? É preocupante, é. Mas não é alarmante. Não é um alarme, não é um drama que vocês estão aqui assim a pintar, apenas por uma questão política, porque por uma questão económica e financeira meus senhores, tiremos o cavalinho da chuva, que é assim que se fala não é?*

*Portanto, relativamente aos resultados, eles são negativos. São sim senhor. São quase 15 milhões? É preocupante? É sim senhor, mas há uma grande evolução relativamente ao ano passado. Há uma grande evolução! E mais. Sabem o que é que me deixa mais tranquilo, para estar aqui a falar à vontade? É que o executivo nesta demonstração de resultados, evidencia uma clara contenção de despesas meus amigos. Clara contenção de despesas!*

*Oh Senhor Deputado Raúl Martins as receitas correntes aumentaram e só diminuíram as receitas de capital, sabe porquê? Sabe tão bem como eu, só que não as diz. Aumentaram as receitas correntes apesar da crise enorme que existe no país. Aumentaram pouco, mas aumentaram.*

*Agora isto permite-nos perceber que num período normal da nossa economia, com a economia a ser relançada, que haja condições para aumentar mais sem aumentar as taxas, mantendo a política que o executivo tem vindo a manter, há condições para aumentarmos a nossa*



tributação, a nossa receita efectivamente cobrada — isto é muito importante. É muito importante.

E por outro lado, temos também que perceber que de facto o mercado não está em condições de absorver as receitas de capital, a venda de bens de equipamento, que estavam previstas no Orçamento. Não há. E temos que ter essa consciência.

E portanto temos que fazer um esforço no sentido de adaptar a nossa situação ao nível do município para esta situação muito concreta. E portanto não há que ter medo disso. Há é que seguir em frente, perseguindo esta política de contenção de despesas, mas também de claro apoio social dos aveirenses, expressa através das taxas e das licenças que estão em vigor. Isso é importante. Isso é muito importante, que eu gostaria de realçar aqui assim.

Portanto estas questões, a não ser que os senhores queiram maniatarem o executivo e maniatar a nossa Câmara e maniatar a nossa cidade e o nosso concelho, impedindo o acesso a financiamentos durante 5 anos. Se é isso que vocês querem, impedir que haja qualquer cooperação técnica entre o nosso município e a Administração Central, então avance com aquilo que os senhores propõem não é?

Porque o que os Senhores estão a pressupor é que de facto o executivo deveria fazer a declaração de rotura financeira, o que não tem condições para o fazer do ponto de vista legal, não tem. Não tem condições para o fazer e é bom que vocês leiam muito bem o que diz a Lei das Finanças Locais e o que diz a Lei 38/2008 de 7 de Março.

Portanto é preciso até para avançar com esse processo, primeiro era preciso que o executivo o declarasse — coisa que não o fez. Em segundo, era preciso que se demonstrasse a sociedade, que não havia hipótese de recorrer a qualquer outra medida para o Saneamento Financeiro. Agora o que nós demonstramos e o município tem-no demonstrado, é que teve um conjunto de medidas que estão a ser executadas, algumas poderão não estar 100%, mas estão a caminhar no sentido certo — e isso é que me tranquiliza. Isso é que nos deve tranquilizar a todos aveirenses.

E portanto gostaria de dizer que estas Contas merecem o nosso apoio, merecem o nosso acordo e queríamos transmitir ao executivo todo o nosso apoio e solidariedade, no sentido de prosseguir a política que tem vindo a ser seguida para a nossa cidade, porque isso vai beneficiar os nossos aveirenses. Pode não ser este ano, pode não ser para o ano, mas a médio, longo prazo nós vamos ter os efeitos práticos altamente positivos do que está a ser feito agora.”

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[037](#)

“Deixe-me só antes de lhe fazer a pergunta Senhor Deputado Olinto Ravara, dizer que a sua intervenção certamente levantou a moral dessas bancadas desse lado!? Tem pelo menos essa virtude! Mas por trás de toda a sua argumentação, eu queria colocar uma pergunta desdobrada em duas — para a qual lhe peço humildemente uma resposta clara.

É ou não verdade, que o Plano de Saneamento Financeiro implementado por esta Câmara Municipal visava a redução da dívida de curto prazo e a sua transformação em dívida de médio e longo prazo?

Segunda questão, diga-me por favor, se é verdade ou não que 50 milhões de euros depois... isto é, depois de serem utilizados 50 milhões de euros desse empréstimo, se a dívida de curto prazo aumentou ou não aumentou? Tão simples quanto isto.”

Vogal Raul Martins (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[038](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. A pergunta que eu quero fazer é mais simples, que é a seguinte: eu não quero fazer referências porque está tudo a correr muito bem, mas a dívida

*aumenta, depois vão dizer “ai foi a REFER”, mas o outro diz: “é pá, eu dou de barato a REFER pelo dinheiro que entrou da AdRA” e não sei quantas mais.*

*O que é certo é que a dívida aumentou! E a pior das dívidas porque é a dívida de curto prazo. Mas a pergunta que eu quero fazer é a seguinte: Senhor Deputado, depois obviamente cabe-lhe a si dizer bem da Câmara e enaltecer as poucas coisitas que eventualmente poderá ter enfim o Senhor lá puxou ao lustro às coisinhas poucas, no meu entender quase inexistentes, que efectivamente fez. Mas aquilo que ia perguntar é tão só o seguinte: na opinião do Senhor Deputado a situação que se vive é uma situação (eu não estou a falar de falência nem rotura nem nada) de desequilíbrio estrutural ou conjuntural? Só isso.*

*E que se achar que é estrutural, porque é que a Câmara de modo próprio não começa a aplicar as medidas legais que são obrigatórias aplicar nesse sítio?*

*Eu não estou a dizer que declare falência, estou a dizer começar a aplicá-las, as medidas legais que são obrigatórias aplicar e que se for declarado — terá de ser aplicado.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>039</sup>

*“A minha pergunta é muito simples e vai no seguimento também do que já foi dito pelo meu colega de bancada: é porque foi feita uma alusão entre o património e as dívidas, o que rapidamente leva a concluir, o próprio deputado Olinto Ravara facilmente concluiu que, o PS deixou bem mais na sua situação financeira. Deixou também o Activo que é o que lhe permite hoje fazer essa afirmação que fez.*

*E portanto é preciso que haja essa referência. Mas mesmo de todo o Activo há sempre aquele Activo que é considerado, mas que tem um valor que enfim, eu pergunto a Vossa Ex.ª quanto é que acha que vale a venda da estátua do José Estêvão?”*

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>040</sup>

*“Eu começo por responder a esta. Eu acho que pelo simbolismo, pela imaterialidade corpórea daquela estátua, não tem preço! Não tem preço. E sempre que lá passo curvo-me perante tão iminente figura.*

*Senhor Salavessa. Aumentou o passivo, mas aumentou o passivo porque foi incluído o valor do acordo da REFER de 15 milhões. Com certeza. Porque se não teria diminuído o passivo. Não, mas é que é a realidade! Aumentou nas dívidas de curto prazo porque foi incluído esse protocolo, porque o município assim o entendeu. Poderia não ter entendido desta maneira. Poderia não o ter incluído, mas incluiu-o! Incluiu-o! Quis mete-lo lá, que era para ainda dar mais transparência — vamos ficar a saber quanto é que ficamos a dever. Ficamos a saber qual é a situação real da Câmara. E portanto incluiu-o. Se não tivesse incluído não tinha aumentado o passivo de curto prazo meus amigos, tinha diminuído! Ponto final.*

*Meu caro Raúl Martins, com esta coisa, eu esqueci-me da sua pergunta! Já me lembro. É evidente que eu logo no princípio da minha intervenção disse que o município, desde o princípio (e nós também entendemos) que a nossa dívida é estrutural.*

*Desde o princípio. Por isso foi feito o Plano de Saneamento Financeiro. Agora deixe-me que lhe diga uma coisa: eu não estou aqui assim para fazer uns favores ao executivo. Eu estou aqui como deputado de Aveiro a exprimir a minha opinião — que é uma grande diferença entre estar a fazer fretes ou estar a fazer... e não quero voltar à conversa que tivemos na última Sessão da Assembleia Municipal, ok? Obrigado.”*

Presidente da Mesa<sup>041</sup>

Vogal João Pedro Dias (BE)<sup>042</sup>

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP)<sup>043</sup>

Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>044</sup>

Da Câmara Municipal  
Vereador Carlos Santos<sup>045</sup>

Membros da Assembleia  
Vogal Gonçalo Fonseca (PS)<sup>046</sup>

Da Câmara Municipal  
Presidente da Câmara<sup>047</sup>

Membros da Assembleia

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>048</sup>

*“Muito obrigado Senhor Presidente. Aliás esta mesma questão, eu lembro que houve uma entrevista do Presidente do Beira-mar exactamente a afirmar isto que ainda agora foi afirmado pelo executivo, pelo Dr. Élio Maia e pelo Eng.º Carlos Santos, afirmarem exactamente que a Câmara não sabia deste negócio deste investidor. Está nos jornais! Bom e penso que ninguém duvida da seriedade do Presidente do Beira-mar. Parece-me! Nem de maneira nenhuma, (como é óbvio) da seriedade dos nossos autarcas. Porque as questões que nós temos aqui colocado, muitas vezes em relação ao executivo do PS anterior a este executivo, também nunca teve a ver com seriedade ou falta de seriedades. Tem a ver com estratégias que às vezes são tomadas e que levam a que o município não tenha depois o melhor desempenho.*

*E é por aí exactamente que eu queria começar e por ler aquilo que é a certificação legal de contas de 2010 que diz no seu ponto 8, que do exame que o ROC fez a este município, reconheceu no exercício do seu imobilizado em curso o montante referente à implementação do projecto de modernização da linha do norte, relativamente ao qual se encontram ainda a decorrer negociações finais de fecho de contas com a REFER. Estamos em 2011, e estas contas não estão fechadas! Como já aqui foi lembrado, houve um protocolo que foi aprovado por unanimidade nesta Assembleia Municipal e o protocolo dizia o seguinte: encargos para a REFER ou participação da REFER, um milhão, oitocentos e setenta e oito mil contos. E depois diz assim, participação da Câmara Municipal de Aveiro, um milhão, oitocentos e setenta e oito mil contos. Foi isto que nós aprovámos por unanimidade. Ou seja, havia uma participação exactamente igual de uma parte e de outra parte.*

*Veio agora o ROC dizer que afinal não é bem assim ou seja, aquilo que nós aqui aprovámos com uma garantia, podem dizer assim : mas nas entrelinhas não dizia isso! Pois é, o problema é que nós aceitamos aquilo que os nossos autarcas nos dizem. Temos boa fé, achamos que sim e também estou convencido que se calhar o partido socialista e o Dr. Alberto Souto, quando assinou isso em 2001, se calhar também estava na sua boa fé. Pois é, só que mais uma vez na sua boa fé errada e não era a primeira vez. Podem-nos dizer assim, então mas vocês caíram outra vez exactamente na mesma história, quando com o Estádio já tinha acontecido exactamente a mesma coisa, em que vocês aprovaram aqui um estádio de 30 milhões, quando afinal custou 60 milhões? Pois é, estas coisas vieram mais ou menos todas na mesma altura, de maneira que credulamente nós aceitamos exactamente isto. E isto mais uma vez, nós temos que recorrer ao passado e por isso eu não queria recorrer a isto, mas uma vez que foi o próprio partido socialista que trouxe este assunto invocando o meu nome a esta Assembleia, aqui têm exactamente a resposta.*

*E gostava ainda de continuar a referir-me ao passado, porque eu penso que nós não nos podemos esquecer de um documento muito importante para este município que é o relatório da IGF. O relatório da auditoria às contas da Câmara, eu gostava que o partido socialista não se esquecesse dele. E o partido socialista esqueceu-se dele, apesar da adjectivação que lá vinha*

*contra a gestão do partido socialista. E lembro que o relatório da IGF dizia que o passivo da Câmara, em três alíneas, uma delas que era a alínea a) dizia que estavam contabilizadas já dívidas no valor de 201 milhões de euros. E depois ainda uma segunda alínea que se chamava alínea b) que dizia: bom, há aqui ainda um conjunto de facturas não contabilizadas, mas que nós estimamos no valor de 49 milhões de euros. E depois ainda tinha uma alínea c) que dizia que, bem, há aqui ainda um conjunto de compromissos que nós ainda não contabilizamos porque não sabemos quais são os valores, mas por amostragem isto deverá andar à volta de 33 milhões de euros.*

*Ou seja, somando 201, com 49, com 33, dá-nos 280 milhões de euros.*

*Ou seja, o valor que devia aparecer no gráfico que o partido socialista ali mostrou em 2006, não deviam ser 99 milhões de euros ou qualquer coisa assim, deviam ser 280 milhões de euros porque é este documento oficial da IGF. É este o documento oficial da IGF e é este o problema.*

*E agora eu gostava de recordar um outro valor e gostava que continuassem a ouvir-me, eu sei que custa mas é isso que têm que ouvir que é (custa muito, custa muito) 280 milhões é quanto tem custado ao município e podem reparar que em 2010, o próprio partido socialista e também já aqui o partido comunista se referiu a esse valor, que neste momento o passivo anda à volta de 220 milhões de euros.*

*Ou seja, reparem, 280 milhões de euros quando foi o relatório da IGF referente a 2005 e agora 210 milhões de euros ou 220 milhões de euros, agora em 2010 ou seja, em 60 meses, em 5 anos, há uma redução de 60 milhões de euros. E isto dá uma módica quantia de uma redução do passivo da Câmara Municipal de Aveiro de um milhão de euros por mês. Ou seja, 60 milhões de euros em 5 anos. E é este valor que o Senhor Presidente da Câmara se refere e muito bem.*

*Agora que custa a ouvir, custa. Pois é claro que custa! E é verdade que bom, foi muito mais fácil aumentar do que é agora diminuir. É verdade. É verdade que está a custar muito a diminuir. Agora que paulatinamente se tem estado a fazer essa diminuição aí isso é verdade, isso é inegável. E por isso eu gostava que aquele gráfico que foi mostrado pelo partido socialista pusesse lá as contas do relatório da IGF e depois pudesse contabilizar a diminuição que está a ser feita por este executivo.*

*Ponto seguinte, mas apesar disto, apesar deste encargo financeiro grande, que a Câmara tem estado a fazer em reduzir o passivo, aquilo que podem ver é que neste relatório encontram uma centena de instituições, de associações aveirenses, que foram apoiados durante o ano de 2010. Uma centena de associações!*

*E por isso quero dizer que a Câmara Municipal de Aveiro disto totaliza qualquer coisa como 9 milhões de euros, 7 milhões e meio em correntes e 1,7 milhões de euros em capital. Quer dizer que do pouco que a Câmara Municipal de Aveiro tem de receitas de 47 milhões, também um número que já aqui foi referido e apesar disso consegue dispor de mais 9 milhões de euros, para continuar a apoiar as nossas associações.*

*E penso que isto é muito importante. Porque a maior parte do dinheiro está a ser gasto onde? Bom, está a ser gasto nos passivos financeiros, nos juros, não é a redução da dívida é nos juros que nós temos que pagar.*

*Está a ser pago, como é óbvio, no pessoal e depois em todas as outras despesas que uma Câmara Municipal tem de fazer. E por isso, parece-me que há aqui uma gestão financeira muito importante de contenção de despesas e de pagamento a todos aqueles que realmente têm facturas, que têm que ser pagas pelo município de Aveiro.*

*Mas há aqui um outro aspecto que eu gostaria também de aproveitar que é o aproveitamento dos financiamentos comunitários, porque quem não tem dinheiro, e tem conseguido aproveitar os financiamentos comunitários.*

*Mas para aproveitar os fundos de financiamentos comunitários é preciso fazer uma coisa muito importante, é que temos que acautelar verbas para depois quando o financiamento vier,*

*quando o projecto for aprovado, nós poderemos comparticipá-lo. É só com 10%, é só com 20%! Pois é, porque os 80% vêm de fora, mas temos que ter esses 10%, temos que ter esses 20%! E é este acautelar destes montantes que faz com que a Câmara Municipal de Aveiro possa ter que ter um conjunto de verbas que, de acordo com estes documentos, aparecem aqui como dívidas de curto prazo.*

*Pois é verdade que aparecem porque é para pagar estas despesas. Mas se estes financiamentos forem comparticipados deixa de haver qualquer dívida a este nível e por isso de certeza que as dívidas vão descer muito. Podem perguntar assim (e já aqui foi dito pelo Bloco de Esquerda) é que nós poderíamos realmente aumentar os impostos directos. É verdade. A Câmara Municipal de Aveiro podia aumentar os impostos directos. Mas podia aumentar o IMI? Podia. Podia aumentar o IRS? Podia. Podia aumentar a Derrama? Podia. Mas se fizéssemos isso estávamos a penalizar ainda muito mais toda a economia aveirense, aquilo que nós estávamos a fazer era fazer com que todos aqueles que podem contribuir para a riqueza, que podem ser geradores de emprego, pudessem também entrar numa situação de pobreza, que eu acho que seria muito pior para todos nós.*

*E por isso a Câmara Municipal de Aveiro não deve aumentar os impostos directos. É esse o compromisso que temos para com os cidadãos de Aveiro.*

*A diminuição do passivo não deve onerar os aveirenses e por isso a Câmara daquilo que tem estado a fazer, em apoiar o movimento associativo, é fazer com que Aveiro seja um município mais solidário e por isso tem o apoio do PSD. Muito obrigado.”*

Vogal Raúl Martins (PS)<sup>049</sup>

Vogal João Pedro Dias (BE)<sup>050</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>051</sup>

De seguida o Presidente da Mesa, nos termos regimentais, colocou à votação<sup>052</sup> do plenário a continuação dos trabalhos, para além da meia-noite, sendo aprovado por unanimidade.

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>053</sup>

*“Bom dia a todos agora, há bocado foi boa noite, agora é bom dia. Senhor Deputado Salavessa, em relação ao cumprimento em termos Orçamentais eu queria dar uma nota.*

*Fez bem em referir aquilo que não foi feito. Eu gostava de destacar o cumprimento em termos de Plano Plurianual de Investimentos que se tiver reparado superou os 50%. Que contra-balança com as acções mais relevantes que normalmente é aquilo que é os investimentos imateriais. E portanto não é investimento é algo corrente e algo que desaparece ao fim da acção e portanto foi onde nós nos focámos menos. E portanto dai dar esse grau de cumprimento.*

*Acho que foi mais importante aquilo que fizemos de deixar algo para a frente, do que andar a investir (normalmente podia-se investir) em festas e coisas dessas e eu acho que não é importante e portanto dada a relevância ao cumprimento do PPI.*

*Eu da sua intervenção fiquei um bocadinho desapontado pela forma como abordou a questão e como terminou.*

*Terminou, pedindo para nós lhe reconhecermos o falhanço do Plano de Saneamento Financeiro!? Mas começou por dizer que não vale a pena discutir hoje aquilo que eu ali apresentei, que é o historial. Ora nós temos um Plano de Saneamento Financeiro pelo historial — porque chegámos aqui a este Ponto. E se não vale a pena discutir hoje isso também não vale a pena discutir-se se o Plano é bom ou mau porque senão não estamos a discutir as razões do mesmo.*

*Acho que a forma para ultrapassar o problema financeiro é perceber o que e que foi feito de mau.*

*E eu ainda nunca aqui o referi, nem faço comentários às opções que foram na altura, faço constatações. Mas acho que algumas das opções que contribuiu para que chegássemos aqui, é nomeadamente ao nível da despesa corrente (e é essa que nós temos que actuar). E por isso é que eu acho que vale a pena discutir. E por isso é que eu analisei duas questões importantes, que é a parte financeira e a parte dos recursos humanos.*

*Ainda um dia destes falámos aqui sobre os fornecimentos e serviços externos — que é outra parte importante, onde o decréscimo é excelente. E isso vale a pena, porque daí nós não iremos cometer os mesmos erros.*

*Quanto ao falhanço. Nós neste momento temos dois anos de execução ou tínhamos à data do relatório, à data de 31/12, tínhamos pouco mais de 2 anos, naquilo que foi sustentado para o Tribunal de Contas, que só em 2013 é que nós iríamos atingir o equilíbrio financeiro.*

*E portanto eu julgo que nessa altura, é uma boa altura para nós vermos se falhámos ou não. Temos noção das medidas que foram pensadas em 2007, não foram em 2008, foram em 2007, não era ano de crise. E temos noção que isso contribui, nomeadamente nalgumas delas, para elas se atrasarem. Mas acho que só em 2013 é que devíamos fazer essa análise. Isto é a minha ideia de quem tem um Plano para cumprir.*

*Quanto ao Bloco de Esquerda, a questão da habitação social. Só para dar esta nota. É muito claro para quem trabalha na Câmara todos os dias e analisa as contas, o resultado operacional (que eu disse que era mau e que foi aqui também referido que era mau) é aquilo que nós ao final do ano verificamos.*

*Há três sectores que contribuem muito claramente para isso. Não vale a pena nós depois fazermos a análise não sei o quê, não sei que mais — é a Habitação Social, a Educação e Empresas Municipais. Porquê? Nós temos verbas específicas de transferências do Estado para essas áreas, nomeadamente o Fundo Social Municipal. E nós gastamos dos outros impostos para cobrir aquilo que não recebemos do Estado. Essa é uma das matérias.*

*Se eu acho que isso é bom ou mau? Eu prefiro que o défice seja nessas áreas — que são áreas sociais do que serem noutras, certo? E portanto excelente.*

*Só dar esta nota. Esse défice na habitação social é particularmente por uma razão, tem a ver com os pagamentos que nós fazemos ao IHRU. Nós temos neste momento um parque habitacional com quase 700 habitações. Nós, Câmara. E a maior parte desse défice é devido a pagarmos empréstimos para fazermos essas casas. Por isso é que não podemos depois arranjar-las em muitos casos.*

*E portanto se calhar era interessante ter um parque mais reduzido e em melhores condições. Mas eu disse isso exactamente se calhar para pôr esse ponto na agenda, porque é onde nós temos um défice claro.*

*Quanto à extinção das empresas municipais. Quem me conhece sabe o que é que eu penso sobre isso, mas deixe-me dar uma nota.*

*Amanhã a gente traz uma deliberação aqui à Assembleia Municipal, a dizer vamos acabar com elas todas, quem for funcionário público passa para a Câmara — quantas pessoas é que nós vamos pôr no desemprego? Nós vamos cumprir, é clarinho. É só para dar esta nota, para terem a percepção que as coisas se fazem com calma, para serem bem-feitas e para não contribuir para que haja problemas sociais.*

*A AdRA e as transferências. Nós só fazemos transferências para os Serviços Municipalizados, não transferimos dinheiro nenhum para a AdRA. Deve haver qualquer equívoco da vossa parte.*

*Só dar-lhes uma nota. As verbas recebidas da AdRA estão reflectidas no exercício. As do exercício. Porque se não nós teríamos um resultado líquido bastante diferente, como é óbvio. Os valores da AdRA que estão reflectidos são os do exercício.*

*Senhor Deputado Francisco Picado, só uma nota. Não há nenhuma contradição entre o Senhor Presidente e eu. Há uma análise de duas coisas diferentes. O Senhor Presidente falou*

*de passivos incluindo como o Professor Manuel Coimbra disse, ele falou de passivos que incluem dívidas, incluem acréscimos e deferimentos, incluem inclusive compromissos.*

*O que eu falei e vou voltar a referir, é a evolução da dívida do grupo municipal e da Câmara — evolução do passivo exigível.*

*E deixe-me voltar a lembrar para perceber o que é que estamos a falar. Nós de 97 para 2005, aumentámos 172 milhões de euros a dívida aos fornecedores e aos bancos. De 2005 para 2010 diminuímos a dívida em 16,5 milhões de euros da Câmara Municipal. A dívida do grupo cem por cento municipal, passou de 7 milhões e 600 em 97, para 195 milhões e 200 milhões em 2005. E reduziu-se de lá para cá cerca de 18,5 milhões de euros. Só para ficarmos esclarecidos.*

*Senhor Deputado Pires da Rosa, em relação à questão dos documentos. O Dr. Olinto disse e bem, os documentos são muito transparentes, e muito objectivos. Se calhar objectivos demais nalguns casos.*

*Aquilo que nós pretendemos na prestação de Contas foi uma radiografia, sem comentários, sem nada. Deveríamos ter de facto comentado e deveríamos ter dito como é que as coisas lá chegam e eu tentei explicar hoje.*

*Não há contradição, há uma radiografia que foi tirada no dia 31/12 de 2000. Uma radiografia tirada em Março, mas tirada, e o rácio dá aquilo, porque é assim que dá a conta.*

*Como é que o rácio é calculado? Eu tentei-vos explicar e quais são as questões que lá estão e aquilo que vai evoluir nos próximos tempos, fruto daquilo que nós já sabemos, nomeadamente prazo médio de pagamento, em que eu expliquei que há uma parte que conta para este rácio, que virá agora daqui a uns 15 dias julgo eu à Assembleia, a explicar porque é que isso ainda não estava pago.*

*E tem outra parte a ver claramente com despesas correntes, isso também vai ser alterado. Portanto não é uma contradição, é uma radiografia. Foi se calhar sinteticamente dita e devia ter sido mais objectivada.*

*Segunda nota porque traçaram aí a ideia e com esta imagem, aliás já foi dito na comunicação social, por alguém que eu por respeito institucional não tenho criticado na praça pública, mas acho que quando as pessoas deste lado conhecem aquilo que foi feito no passado e o que está (ouvem-se vozes). Ouçam, estamos melhor (e eu já o disse) do que estávamos há seis anos! Estamos melhor em termos de Contas, está mais transparente. Agora já não há discussões. A REFER está nas contas, ponto. Não há dúvidas. Vocês podem discutir porque é que não foi posto antes ou porque não sei o quê. Eu também posso discutir porque é que isso nem sequer estava cabimentado? Podemos discutir isso, mas está.*

*Quem vier a seguir, sejamos nós, sejam vocês, seja quem for, é muito mais transparente e é isso que eu acho. Agora alguém que teve nesses processos, vir agora falar sobre as Contas estarem não sei quê!? Só quem de facto quem não tem uma noção daquilo que se passava antes.*

*Só uma nota final em relação ao PowerPoint que vocês apresentaram. Nós temos a certificação de contas a partir de 2008. Nós (vocês, nesta Assembleia) pedimos uma auditoria às contas e depois veio também a IGF por duas vezes por alguma razão. Se os relatórios estivessem na altura 100% correctos, nós não teríamos tantas ênfases e tantas reservas como tivemos ao longo do tempo! Nós não teríamos uma auditoria a dizer uma coisa que era completamente diferente do relatório. Portanto, nós temos a percepção que os relatórios não espelhavam a realidade. Temos essa percepção. Sempre o dissemos.*

*Agora temos a certeza que isto foi transparente. Temos, e por isso é que fizemos este caminho, para colocarem as coisas todas correctas. E portanto pedia-vos que analisassem à luz das auditorias, à luz das certificações e menos à luz de relatórios, que tiveram dos ROC sérias reservas, tiveram reservas grandes. Agora já não têm. Têm alguns pequenos pontos que são claramente explicados e claramente transmitidos.*

*Só uma nota final. A minha intervenção pretendeu dar-vos uma imagem daquilo que foi até agora dos pontos críticos da Câmara. Não pretendeu dizer esta opção ou aquela foi má. Pretendeu, em termos de historial, nós tivemos uma década que teve um crescimento exponencial da dívida por várias razões. Mas teve e houve um trabalho que está a ser feito, que é um trabalho em finanças e os Senhores sabem isso.*

*As Contas não passam de um dia para o outro a estarem azuis! Não passam! As Contas evoluem numa calma. Quando há uma crise financeira económica, ainda mais devagar isso acontece. E acho que o trabalho está a ser feito com calma e não colocando... eu prefiro ter esta reunião hoje aqui, e estas horas todas a dizer – é pá isto podia estar melhor e não sei quê, do que estar a colocar os problemas e a aumentarmos os impostos à população lá fora — ainda por cima num tempo de crise que temos. Eu prefiro dever mais 15 dias ou vinte ao empreiteiro, porque ele também sabe como é que está a situação, do que estar a pedir às pessoas para duplicarem o seu IMI ou para aumentar a Derrama — ou a água exactamente.”*

(Entretanto saíram da sala os vogais Raúl Ventura Martins, Maria Celina Capão Lourenço França Alves, Ana Maria Pinho Seiça Neves Ferreira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha e João Alberto Simões Barbosa)

### Membros da Assembleia

Vogal António Salavessa (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>054</sup>

*“Senhor Presidente, Senhores Deputados, não é meu hábito invocar passado. Entretanto eu acho que é chegado o momento de dizer que acompanho os Trabalhos desta Assembleia desde os tempos do Dr. Girão Pereira. Nem sempre presente, mas sempre acompanhando os Trabalhos. Portanto já passou pelos meus olhos, já passaram vários Presidentes, vários vereadores e várias situações objectivas, várias contas, várias decisões e não terá sido por falta de aviso do PCP que se chegou à situação em que se está hoje! Mas é sabido, desde que se caminhou para o recurso excessivo e em termos desfavoráveis para o município, para o recurso ao fornecimento de serviços externos, abdicando das capacidades próprias da Câmara e dos recursos da Câmara, para a execução de algumas funções, caminhou-se para o aumento da dívida. Que chamámos a atenção para o excesso de gastos com eventos, de interesse relativo, mas que não trariam grande mais-valia para Aveiro. E fomos ao longo do tempo avisando em que situações concretas para o caminho que se estava a traçar. Ao mesmo tempo, fomos alertando que a obrigação legal de ter que se reflectir nos Orçamentos a situação existente, criava era uma situação perversa, porque ao termos que prever receitas no Orçamento, estávamos a criar campo para cabimentar as despesas, houvesse ou não dinheiro para elas. Esta é uma perversão que devia ser contrariada, evitada por quem legisla neste país. Portanto não é por falta de aviso, nem por falta de alerta e de chamada de atenção do PCP que se chegou à situação que está. E quando o Dr. Alberto Souto avançou com as 30 medidas do saneamento financeiro, nós dissemos que aquelas medidas de saneamento financeiro não resolviam a situação estrutural e provámos porque é que não resolviam e os números vieram dar-nos razão. É por isso mesmo que depois de algum tempo de expectativa, face ao Plano de Saneamento Financeiro da Câmara, nós estamos actualmente muito preocupados! Muito preocupados, pelas razões que já disse hoje nesta Sessão, pelo facto de que 50 milhões de euros depois, aquele que era o objectivo principal, a diminuição da dívida de curto prazo, não foi resolvido. Pelo contrário se agravou. Portanto, penso que está no momento de reflectir, de parar para ver, de averiguar se de facto estamos no bom caminho, porque discursos como os do Senhor Vereador Pedro Ferreira que acabou de fazer agora, já os ouvi várias vezes e a realidade é que ano após ano a situação se degradou! A situação degradou-se. Portanto eu não tenho elementos, que sustentem, nem o próprio relatório que vamos discutir a seguir do Plano de Saneamento Financeiro, eu não tenho argumentos que*



*sustentem o optimismo do Senhor Vereador Pedro Ferreira. E quando disse que não é minha intenção, nem intenção do PCP fazer uma queixa à DGAL e exigir que se a Câmara não declara oficialmente a situação de desequilíbrio financeiro estrutural, não seremos nós a exigir que o Governo o declare. Porque o Governo pode declará-lo, contrariamente àquilo que já aqui foi afirmado hoje. A iniciativa pode partir da Câmara. Mas também pode partir do Governo. Não é nossa intenção fazer isso, mas já no que diz respeito ao Plano de Saneamento Financeiro que está aí, esta Assembleia nos termos da Lei das Finanças Locais é responsável pela verificação do seu incumprimento. Mão é por acaso que há o relatório, que é obrigatório nos termos legais. Ora é nesse sentido que afirmei e mantenho, vou propor no Ponto seguinte da Ordem de Trabalhos a constituição de uma Comissão da Assembleia, que verifique até que ponto o Plano de Saneamento Financeiro está a ser cumprido, com um detalhe maior e com uma profundidade maior do que aquela que o relatório semanal ou o relatório semestral, do cumprimento que o Plano permite fazer ou seja, alguém um corpo desta Assembleia vai avaliar mais em pormenor os dados que aí estão. Portanto em suma é esta a posição do PCP e é por causa desta preocupação política, profundamente preocupada, preocupada relativamente ao futuro do concelho, que será fundamentalmente por essa apreciação política que nós votaremos contra as contas, não porque achemos que elas não reflectam a realidade ou que não sejam tecnicamente correctas, longe disso, mas para exprimir o juízo político muito claro relativamente ao caminho que está a ser seguido.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:[055](#)

*“Ora eu ouvi o Dr. Pedro Ferreira reafirmou aqui, que a habitação social (reafirmou e era o que nós tínhamos dito) é um dos maiores pesos negativos nas contas aqui apresentadas. Exactamente o que nós tínhamos dito! Só que desta vez explicou porquê? Tudo bem. Por causa dos juros dos empréstimos à construção de fogos e é por isso que não tem dinheiro para fazer a manutenção dos cerca de 700 que a Câmara possui actualmente. Muito bem. Isso é verdade. É verdade, mas também é a assunção de que as críticas do Bloco ao modelo de habitação social desta Câmara estão erradas e não fazem sentido. Não faz sentido a política de habitação da Câmara. Fazer bairros novos, para depois serem vendidos a custos controlados ou não é um erro! É um erro, porque é mais caro do que a reabilitação urbana. É um erro porque depois a Câmara não tem dinheiro para essa manutenção e acontece o que actualmente já vemos em vários bairros da cidade, que é a degradação física, total das casas, com as consequências sociais que isso tem. Não olhemos agora para os erros do passado. Olhemos para o que tem que ser o futuro do concelho e em vez de habitação nova a custos controlados, passe a fazer reabilitação urbana com rendas a custos controlados. É essa proposta que já existe em várias cidades europeias e é isso que em Aveiro tem que ser feito. Disse também que as empresas municipais são um custo, mas que isso não importa porque têm uma função social! Não estávamos a discutir o papel das empresas municipais, o papel social, mas sim o facto de elas serem um erro em si. Porque nelas há um desperdício enorme de dinheiro e por isso esse serviço social que prestam perde qualidade, relativamente ao facto de haver a possibilidade de esses serviços serem prestados directamente pela Câmara. Olhemos precisamente para o modelo que deu a Moveaveiro. O serviço tem vindo a decair ao longo das décadas e eu não tenho problema nenhum em dizer aqui que esse serviço já foi bastante melhor, também com a direita na Câmara Municipal de Aveiro. Já foi melhor. Mas não é. Deixaram um serviço importantíssimo para os cidadãos degradar-se completamente. De resto faltou responder à sua promessa aqui de manter a água no Plano público durante os próximos 50 anos, Não respondeu e por isso eu tenho aqui o programa do PSD aberto à minha frente, acho que o conhece não o vou ler, mas peço-lhe que releia as páginas 152, 153, 156 e 175, onde a água por vontade do governo, agora acabado de ser eleito vai ser privatizada.”*

Vogal João Pedro Dias (BE)<sup>056</sup>

Vogal Francisco Picado (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>057</sup>

*“Eu gostava de fazer esta segunda intervenção noutro registo diferente daquilo que tem sido feito até agora, para não andarmos aqui em ciclos. O documento que os senhores apresentam é o que é! É um documento em papel, como disse e bem, reflecte uma determinada data, fotografia daquilo que é a situação financeira do município de Aveiro. Nós podíamos ter aqui todo o tipo de discussões que quisermos. A leitura dos números, obviamente que pode ser efectuada sobre diversas perspectivas. E basicamente nós podemos estar aqui de forma infundável a discutir estas coisas! E eu penso que isso não resolve absolutamente nada ou em absolutamente em nada aquilo que é a questão que tem que ser resolvida. E a questão que tem que ser resolvida, é uma questão que já aqui foi por diversas vezes assumida que é a situação de desequilíbrio estrutural em que se encontra a Câmara Municipal de Aveiro. E não há grandes leituras a fazer sobre isto. Eu acho que nós às vezes enveredamos aqui por discussões por tudo e quem é que tem a razão, quem é que não tem razão, vamos ao passado, há dez anos, há cinco, há sete, há nove, tudo bem. Podíamos fazer esse tipo de análise, podíamos fazer esse tipo de discussão, mas isso em nada resolve aquilo que nós temos que resolver. E o que nós temos que pensar é que, quando olhamos para os resultados da Câmara, de facto pondo a coisa de uma forma muito simplista, a Câmara gasta mais do que consegue obter, do ponto de vista das receitas! E esta leitura muito simples, penso que nos pode levar a concluir que não é possível, não é possível, neste cenário de ter despesa superior à receita, de ter um desequilíbrio estrutural, não é possível reduzir o que quer que seja, do ponto de vista da dívida da Câmara, porque temos resultados operacionais, já vimos que são deficitários. Temos resultados financeiros, já vimos também que são deficitários. Eu penso que a Câmara tem conseguido cobrir estas duas parcelas, através da obtenção de resultados extraordinários positivos. E portanto de alguma forma, o desequilíbrio estrutural da Câmara, tem vindo a ser segurado por este tipo de metodologia. As questões que eu coloco, quando nós olhamos para isto desta forma simplista, não vale a pena estarmos aqui a esgrimir argumentos de quem é que tem a razão e de quem é que não tem, eu diria que isso neste momento não é a questão central. A questão central é, como é que nós vamos resolver isto? Porque a Câmara vai deixar de ter activos, para realizar receitas extraordinárias. E quando isso acontecer, não vai conseguir de todo, de todo, cobrir os desequilíbrios operacionais e financeiros que neste momento possui. Eu penso que esta é que é a chave da questão. E portanto o que eu esperava, era que de facto o Plano de Saneamento Financeiro ou se quiserem chamar o Plano de Saneamento Económico ou Financeiro, tivesse uma intervenção muito mais assertiva, nas questões operacionais e nas questões financeiras. Ora não o tendo, eu diria que a curto prazo, quando não for possível cobrir as questões com receitas extraordinárias, nós vamos ter um problema gravíssimo. Eu penso que esta é que é a chave da questão e não vale a pena andarmos aqui para trás e para a frente, a discutir se o passivo aumentou, se desceu, se subiu, se virou, é irrelevante! É irrelevante, porque é essa a situação, com a qual o município se vai ter que confrontar a curto prazo. E eu não gostaria de me alongar muito mais porque penso que iria entrar novamente em círculo fechado neste tipo de discussão. Eu só gostava de deixar uma última pergunta ao Senhor Presidente e ao Senhor Vereador das Finanças, como é que num exercício de gestão provisional, encaixam neste cenário o pagamento do empréstimo que contraíram, do ponto de vista do reembolso de capital? Porque quando isso acontecer, esta situação vai-se agravar de forma muito acentuada. E portanto, esta intervenção é um bocadinho à margem do registo daquilo que foi, mas eu penso que são estas as questões, que têm que ser aqui dirimidas e isto vai acontecer a muito curto prazo, como o Senhor Presidente sabe melhor do que eu. E portanto eu penso que esta é a questão fundamental, que nós podemos retirar da leitura do Relatório de Contas. E continuo a insistir, que podemos andar permanentemente a discutir o passado, podemos andar permanentemente a discutir se o*

*passivo aumentou, se é passivo, se não é passivo, se é dívida. Eu não estou aqui a escamotear nada do passado, não é esse o objectivo, só que esse tipo de discussão em nada vai resolver, aquilo que nós no município de Aveiro temos que resolver e nomeadamente o executivo que aí está. E portanto as questões que eu coloco, esta questão em concreto, de como é que vão encaixar na situação actual da Câmara o início do pagamento de capital do empréstimo e outras que eventualmente daí advirão, porque nós estamos num município em desequilíbrio estrutural. Se somarmos o estrutural ao conjuntural, podemos repensar no que é que vamos ter, em termos de cenário de futuro. E eu acho que estas, é que são as questões que nós podemos discutir, quando olhamos para o relatório de Contas da Câmara.”*

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS)<sup>058</sup>

Vogal Olinto Ravara (PPD/PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta:<sup>059</sup>

*“Só uma pequena nota Senhor Presidente. Quer dizer, de facto eu gostaria de precisar aqui alguns conceitos. Tem-se falado aqui assim um bocadinho de facto no peso das receitas extraordinárias, para de certa maneira como uma almofada, se não o mal seria maior. Não é isso. Não é, quer dizer, o que se passou em termos de execução orçamental em 2010, foi uma quebra das receitas de capital. Esse foi o problema. E foram quase 17 milhões a menos. Portanto aí é que houve um problema e o desequilíbrio gerado o ano passado nas contas, teve a ver com isso, não com receitas extraordinárias, porque os resultados extraordinários, foram de menos 9,9 milhões em 2009 e menos 9, milhões em 2010. Portanto não vamos pelos resultados extraordinários. A Câmara tem é que eliminá-los. Eliminá-los, não contar com eles. Eliminá-los! Tem que fazer um grande esforço para isso. Agora o problema e eu termino com isto a minha intervenção, de facto cingiu-se não às receitas correntes, que foram superiores às despesas correntes e eu aqui assim reafirmava, repisava aquela minha ideia de que de facto tem havido um grande combate ao despesismo e portanto tem havido uma grande contenção de despesas, de maneira a que mudá-las nas receitas correntes, o problema é que para se fazer a despesa de capital, investimento, é preciso receita de capital, para que haja equilíbrio estrutural e isso é que não aconteceu meus caros. Não aconteceu. Portanto, e veio daí assim e já foi explicado, uma grande parte pela não utilização de empréstimos bancários, que para este efeito é receita, atenção. É receita, portanto não se esqueçam que tinham sido utilizados 50 milhões nos anos anteriores. E no ano passado o município não recorreu a nenhum empréstimo bancário, o que é notável, é notável! E portanto foi uma quebra nas expectativas de geração de receita pela venda de bens de investimento. Para além de que, também os atrasos na aprovação dos projectos co-financiados, esses atrasos lesaram o município em quase um milhão de euros. Isso também pesou nas contas meus caros. Portanto era isso que eu queria dizer. Muito obrigado, não vos maço mais.”*

### Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira:<sup>060</sup>

*“Senhor Presidente da Mesa, eu só queria responder a duas questões. Uma porque há bocado não respondi e parece que levantou alguma celeuma, que tem a ver com a questão da AdRA ser pública ou não? A Lei habilitante, para a constituição da empresa, que neste momento existe, diz muito claramente que a empresa tem que ser do sector empresarial do Estado ou do sector empresarial Local. Qualquer alteração a essa Lei, automaticamente os municípios têm direito a exercer a opção, portanto julgo que está respondida a vossa questão.*

*Em relação à questão do acréscimo de custos que teremos para o empréstimo, dar-lhe esta nota muito, muito grossamente, até porque o Pedro também colocou a mesma questão, nós neste momento temos encargos com recursos humanos cerca de 10 milhões de euros. Os encargos financeiros já com o pagamento do empréstimo andarão à volta dos 14 milhões de*

euros para o próximo ano e os fornecimentos e serviços externos, se se mantiverem similares, que eu acho que vai haver uma redução, andar à volta dos 5 milhões de euros. Portanto isto de grosso modo, que é o base, base, base são 29 milhões de euros. Considerando depois que nós transferimos normalmente para outras entidades externas, juntas empresas municipais, clubes, associações etc., uma média de 5 milhões, isto rondará os 34 milhões. As nossas receitas correntes base, têm sido sempre um bocadinho superiores a isso. Portanto a partir daí, se houver receitas de capital, servirão para investimento. Portanto quanto a isso, acho que está mais ou menos em grosso modo explicado.”

**Concluídas intervenções o Presidente da Mesa colocou à votação<sup>061</sup> o ponto n.º 6 - Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social, e Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação, do ano de 2010, da Câmara Municipal de Aveiro, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor (PSD19+CDS5+IND1), zero abstenções, e oito votos contra (PS5+BE2+PCP1).**

**Continuando, colocou à votação o ponto n.º 6 - Relatório de Gestão e Contas do ano 2010 dos Serviços Municipalizados, sendo o mesmo aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor (PSD19+CDS5+IND1), uma abstenção (PCP1), e sete votos contra (PS5+BE2).**

Seguiram-se as declarações de voto dos vogais:

Vogal António Salavessa (PCP):<sup>062</sup>

*“A declaração de voto diz respeito apenas à primeira votação. O voto contra do PCP justifica-se por razões políticas não significando qualquer juízo negativo na apreciação meramente técnica das Contas. O voto contra do PCP assenta na preocupação pela situação do desequilíbrio financeiro do município que resulta vidente nas Contas em análise e fundamenta-se nos argumentos apresentados nas duas intervenções que proferi e que requero que fiquem transcritas na acta da reunião.”*

Vogal Ivar Corceiro (BE):<sup>063</sup>

*“O Bloco votou contra nas duas situações essencialmente porque o discurso da Câmara é contrariado pelas Contas! Há um aumento da dívida a curto médio e longo prazo e há também (e isto é essencial para o Bloco) uma fraca execução orçamental no que consideramos que deveria ser a política social da Câmara. E achamos que continua a haver uma política de desperdício principalmente no que se refere à forma como estão a ser geridas as empresas municipais – todas elas. Obrigado.”*

Vogal Ernesto Carlos Barros (CDS/PP):<sup>064</sup>

*“O Grupo Parlamentar do Partido Popular decidiu votar a favor do Relatório de Gestão, Prestação de Contas, Balanço Social, Inventário de Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e Respectiva Avaliação, referentes ao ano de 2010 e Relatório de Gestão e Contas do Ano de 2010 dos Serviços Municipalizados, tendo em consideração o ‘parecer’ emitido pelo Revisor Oficial de Contas.*

*Neste sentido, de acordo com o relatório do auditor externo, após análise dos documentos que lhe foram concedidos pela Câmara Municipal, considerou emitir parecer favorável, embora condicionado às reservas apresentadas e fundamentadas no mesmo.*

*No entanto, conhecedor dos esforços desenvolvidos pelo Executivo no sentido de estabilizar as finanças da autarquia, o Grupo Parlamentar do CDS/PP considera que para efeitos futuros, os documentos a apresentar a esta Assembleia deverão ser melhor apresentados, de forma a contemplar um maior volume de informação desejada — aliás como hoje aqui foi explicitado. Com esta sugestão, pretende-se uma apreciação mais fiel e objectiva da real situação da Câmara Municipal, não só para todos os elementos que compõem o executivo camarário, mas também para todos os elementos que integram esta Assembleia. Muito Obrigado.”*

Vogal Gonçalo Fonseca (PS):<sup>065</sup>

*“Muito o brigado Senhor Presidente. O Partido Socialista votou contra os dois documentos apresentados porque faz uma interpretação muitíssimo diferente daquela que é a interpretação que esta Câmara Municipal faz dos números que nos são apresentados. Independentemente de eles serem mais ou menos cuidados a questão é que nos alertam para uma situação muitíssimo complicada do ponto de vista financeiro e acabámos por não ter mais uma vez respostas às nossas questões, nomeadamente se estamos ou não estamos (como está descrito no Relatório de Contas) numa situação de ruptura financeira estrutural. Muito Obrigado.”*

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD):<sup>066</sup>

*“Muito o brigado Senhor Presidente. A bancada do PSD votou a favor do Relatório de gestão, prestação de contas, balanço social e Inventário de bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação do ano 2010 da Câmara Municipal de Aveiro e Também do Relatório de Gestão e Contas do ano de 2010 dos Serviços Municipalizados, por entender que estes documentos espelham a realidade do município de Aveiro, demonstrando que as dificuldades económico financeiras do município tem estado a ser resolvidas de forma coerente e competente.*

*Estas dificuldades não impediram o apoio financeiro a mais de uma centena de associações de solidariedade social, desportivas, culturais e a Juntas de Freguesia. Valor que corresponde a 20% da sua Receita de 2010. Apesar das dificuldades financeiras, a Câmara Municipal de Aveiro não aumentou os impostos directos que onerariam ainda mais os munícipes aveirenses. Este é um compromisso que vai continuar a cumprir com os cidadãos de Aveiro, e que associado ao aproveitamento dos financiamentos de investimento comunitários e ao apoio ao movimento associativo fazem de Aveiro um município solidário. Muito Obrigado.”*

#### Membros da Assembleia

Vogal Marques Pereira (PS)<sup>067</sup>

Presidente da Mesa<sup>068</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>069</sup>

Vogal Ivar Corceiro (BE)<sup>070</sup>

Presidente da Mesa<sup>071</sup>

Vogal António Salavessa (PCP)<sup>072</sup>

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD)<sup>073</sup>

**Não se verificando mais intervenções o presidente colocou à deliberação<sup>074</sup> da Assembleia, nos termos legais e regimentais, a proposta de autorização do prolongamento da sessão de Abril até ao dobro (dez reuniões), sendo aprovado por unanimidade.**

**De seguida, o Presidente da Mesa<sup>075</sup>, nos termos do artigo 92.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, colocou à deliberação do plenário a aprovação em minuta da acta respeitante a esta reunião, não se verificando oposição.**

**Depois de lida, a acta em minuta foi colocada à discussão não se verificando intervenções. Submetida à votação foi a mesma aprovada por unanimidade, cujo texto se anexa, fazendo parte integrante da presente acta.**

**Continuando, o presidente da Mesa deu por encerrada a quinta reunião da Sessão Ordinária de Abril, informando que a próxima reunião será no dia 15 de Junho (4.ª feira) pelas 20:00 horas.**

**Toda a reunião foi transmitida numa emissão em directo no endereço [www.livesteam.com/aveiromunicipal](http://www.livesteam.com/aveiromunicipal).**

**Eram 01:30 horas do dia 09 de Junho de 2011.**

**Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, coordenador do Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.**

(5:00)